

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

STF é aposta para "desarmar" bomba dos precatórios ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad mira R\$ 30 bi da Petrobras para garantir ajuste fiscal em 2024 ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PL do Carf reduz multa de 150% aplicada pela Receita Federal ..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço fiscal: Lira alfineta Haddad, mas prevê votação na terça ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira: Não há perspectiva de reunião com Lula sobre reforma ministerial ..... 11

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Proposta para taxar fundos de 'super-ricos' prevê cobrança de imposto semestral; entenda ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

Governo diz que ruído entre Lira e Haddad não afeta reforma ..... 14

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA  
POLÍTICA

Ministros afagam Lula, articulam com colegas e liberam emendas para tentar escapar da reforma ..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ponta de faca (Editorial) ..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Líderes planejam tirar taxaço de offshore da MP do salário mínimo ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Constitucionalismo imperial (Artigo) ..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Educação faria mais pela Região Nordeste do que arrecadação" ..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma administrativa é imprescindível e inadiável - COLUNA SECOVI ..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plano verde pretende revolucionar economia ..... 25

Quarta-Feira, 16 de Agosto de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator prevê votar tributária no início de outubro ..... 28

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Braga prevê relatório no dia 27 de setembro na CCJ do Senado ..... 29

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Otimismo com economia leva aprovação de Lula a 60%, diz Genial/Quaest ..... 30

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF - BAND NEWS BOM DIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CAE faz primeira audiência pública sobre Reforma Tributária ..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As distorções dos tributos - BERNARDO GUIMARÃES ..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Argentina pensa na dolarização (Editorial) ..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
ECONOMIA

Putin ameaça Polônia com mega-ataque no oeste da Ucrânia ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Diretora do BC reafirma ritmo de 0,5 ponto no corte dos juros ..... 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Reajuste afasta IPCA da meta em 2023, dizem analistas ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Reajuste da Petrobras deixa inflação mais longe da meta ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Taxação de investimentos externos cria polêmica ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Medidas do governo retardam desaceleração (Editorial) ..... 43

# STF é aposta para "desarmar" bomba dos precatórios

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia que o Supremo Tribunal Federal (STF) pode ser um caminho "menos custoso" politicamente para a resolução da bomba fiscal de cerca de R\$ 200 bilhões sobre precatórios que pode explodir a partir de 2027, quando todo o montante passará a contar para fins do resultado primário da União.

Fontes do Executivo informam que entrou no radar nas últimas semanas a existência de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), em trâmite no STF, que questiona a PEC dos Precatórios.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou com o questionamento logo quando a mudança de regras foi aprovada no governo Jair Bolsonaro, que foi responsável por criar o passivo que, conforme revelou o Valor em abril, já está em R\$ 141 bilhões.

Na última semana, o jornal também revelou que o governo mapeia soluções para o problema, principalmente no âmbito da formatação do Plano Plurianual que está sendo desenhado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

No governo, uma ala, que é capitaneada pela equipe jurídica e também por ministros políticos, avalia que o envio de uma nova PEC, em 2024, para solucionar o problema pode ter um custo político alto. Isso porque, na avaliação desses membros do governo, o Congresso Nacional teria ainda mais poder de barganha frente o governo para aprovar uma nova mudança nas regras, já que o tema é interesse tanto do Executivo quanto do mercado.

A intenção do uso de uma PEC para resolver o problema foi revelada semana passada pelo jornal "Folha de S.Paulo" e está sendo discutida pelo Ministério da Fazenda.

A ideia seria classificar precatório como despesa financeira, pagar os valores na íntegra e, assim, o montante não teria impacto no resultado primário da União nem nos limites da nova regra fiscal. Assim, o governo poderia pagar o montante na íntegra.

Mesmo na equipe econômica, não há consenso sobre a proposta.

Ontem, em evento em Brasília, a ministra Simone

Tebet disse que o Ministério do Planejamento trabalha com uma outra proposta, diferente da Fazenda, que não passa por classificar precatório como despesa financeira. A ministra não deu detalhes, mas afirmou que a pasta elaborará um desenho e apresentará ao ministro Fernando Haddad.

Na saída cogitada via Supremo, dizem as fontes, haveria um trabalho de convencimento aos ministros da corte no sentido de que as mudanças de regras na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro são inconstitucionais. Assim, ao derrubar os efeitos da PEC, o próprio STF poderia "modular" sua decisão e definir saídas, como a própria proposta de classificar o montante como despesa financeira e retirar essas despesas das regras fiscais da União.

Ainda existe a avaliação que a equipe econômica tem conseguido bom desempenho em discussões judiciais a partir de um empenho de Haddad junto a ministros dos tribunais superiores. Lembrem, por exemplo, vitórias obtidas tanto no caso das subvenções fiscais, na qual o titular da Fazenda chegou a despachar pessoalmente tanto no Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto no STF.

Embora o governo federal entenda que a eventual declaração de inconstitucionalidade da PEC dos Precatórios pode ser um caminho viável, ainda não há, no horizonte da corte, uma data para o caso ir a julgamento. Todas as informações requisitadas no ano passado à Procuradoria-Geral da República (PGR) e ao Congresso Nacional já foram prestadas, mas o relator, ministro Luiz Fux, ainda não liberou o processo para pauta.

Ele pode levar diretamente o caso ao escrutínio do plenário virtual ou pedir à presidente do Supremo, ministra Rosa Weber, uma data no calendário das sessões públicas. Porém, hoje, a avaliação interna na corte é de que ela tem outras prioridades antes da sua aposentadoria compulsória - Rosa completa 75 anos no dia 2 de outubro. Entre esses casos, estão os julgamentos sobre o juiz das garantias e o marco temporal indígena, além da descriminalização do aborto e do porte de drogas para uso pessoal.

Na gestão de Bolsonaro, a AGU se manifestou pela validação da PEC, que permitiu o parcelamento, até 2026, das dívidas judiciais da União, abrindo espaço

para o pagamento do antigo Auxílio Brasil. Porém, agora sob nova direção, a ideia do órgão é submeter um novo posicionamento à apreciação do relator, desta vez requerendo a inconstitucionalidade.

A peça deve se concentrar em precedentes do próprio Supremo, que barrou outras duas propostas de parcelamento de precatórios que tramitaram no tribunal anteriormente.

Um exemplo de inconstitucionalidade seria o uso da taxa Selic, acumulada mensalmente, para reajustar o pagamento dos precatórios, quando o tribunal já decidiu que a correção deve ocorrer por meio do cálculo da **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais 6% ao ano.

Por outro lado, a manifestação do procurador-geral da República, Augusto Aras, não deve mudar.

Na sua visão, a PEC não tem ilegalidades. Ele defendeu que pelo menos metade de todos os recursos disponíveis para o pagamento de precatórios (como verbas orçamentárias, empréstimos, depósitos judiciais) deve ser usada para o pagamento da dívida segundo a ordem cronológica de apresentação.

Por ora, Fux tem se limitado a atender aos pedidos dos chamados "amici curiae" - instituições que não são oficialmente partes do processo, mas cujas opiniões os ministros consideram válidas para formar seus convencimentos.

Os últimos despachos do relator são de maio, quando foram admitidos entes como a prefeitura de São Paulo (SP) e diversos sindicatos de **servidores públicos** estaduais e federais.

Para Rafaela Vitoria, economista chefe Banco Inter, a saída do Supremo se mostra interessante já que, em sua avaliação, o Congresso "dificilmente votaria outra PEC antes de 2026 mudando a situação atual", aprovada pelos próprios parlamentares.

"O quanto antes for resolvida a regra para o pagamento dos precatórios melhor, pois reduz a incerteza fiscal, além de contribuir para o controle de outros gastos, uma vez que mostra que o real déficit é maior que o estimado hoje", apontou a economista.

Eduardo Gouvêa, ex-presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, avalia que é inconstitucional fixar teto ou qualquer limite aos casos. "Independentemente da classificação contábil, não é possível impor limites ao cumprimento de decisões judiciais, ferindo garantias e direitos constitucionais", avaliou.

Independentemente do caminho escolhido, o consultor de orçamento da Câmara Ricardo Volpe avalia que a saída de classificar todo o fluxo de precatório como despesa financeira pode ser um "jeitinho para facilitar o cumprimento da meta fiscal".

"Uma coisa é o estoque herdado a partir da mudança de regra no governo anterior, que deverá ser pago com emissão de títulos e em última instância aumentará a dívida pública. Já o fluxo deve continuar como despesa primária", comentou.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633?page=1&section=1>**

# Haddad mira R\$ 30 bi da Petrobras para garantir ajuste fiscal em 2024

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negocia com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, um acordo para a companhia pagar pelo menos R\$ 30 bilhões para encerrar litígios com a **Receita Federal** com base nas regras de projeto de lei para o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** em negociação no Congresso.

O acordo é a principal fonte de arrecadação com que o governo conta para atingir a meta de zerar o rombo das contas públicas no ano que vem. O avanço, porém, depende da aprovação do projeto no Senado.

O Estadão apurou que o governo conta com cerca de R\$ 90 bilhões no caixa decorrente da aprovação do projeto do **Carf**. O texto já teve o sinal verde dos deputados em junho e, por isso, a expectativa do governo é de que não seja contaminado pela crise aberta pelo próprio Haddad ao dizer que a Câmara tem hoje um "poder muito grande" - o que causou um mal-estar entre deputados.

Haddad e Prates negociam as condições e o prazo para o pagamento no momento em que a petrolífera também prepara a recompra de ações no mercado - processo que também vai consumir recursos da empresa. Os valores em discussão ainda não estão fechados, e no governo há a expectativa de que possam subir para até R\$ 50 bilhões. Segundo pessoas envolvidas na negociação, Prates sinalizou que a companhia poderia arcar com 30% do valor total do passivo no **Carf** no curto prazo.

**VOTO DE QUALIDADE.** O **Carf** é o tribunal administrativo que julga os recursos contra autuações da **Receita Federal**. O projeto de lei que tramita no Senado assegura a volta do chamado voto de qualidade (espécie de voto de Minerva) da Receita nas decisões em que houver empate, além de tratar das regras para as empresas regularizarem os débitos.

O projeto permite, entre outros pontos, o cancelamento de multas e representação fiscal para fins penais nos casos em que o julgamento foi favorável ao governo. Os débitos já inscritos em dívida ativa da União também poderão ser objeto de proposta de acordo de transação tributária específica, de iniciativa da empresa.

Na última sexta-feira, Haddad disse que, para 2024, um terço do ajuste fiscal prometido virá do projeto do **Carf**, no que fontes do governo atribuem à Petrobras. A estatal também pode fazer depósitos judiciais para continuar nos casos em que a companhia entender que pode vencer o litígio.

Os depósitos entrariam, nesse caso, como receita primária.

Procurada pela reportagem desde segunda-feira, a Petrobras não se manifestou. Em **comunicado** ao mercado, disse que as notícias seriam "infundadas" e que "eventuais decisões relativas à gestão de seu passivo tributário são pautadas em análises criteriosas e estudos técnicos, considerando a análise de riscos de possíveis decisões desfavoráveis tanto na via administrativa quanto na via judicial". Procurada, a Fazenda não retornou.

"ROBIN HOOD". O governo também conta com outras medidas para reforçar o caixa. Há uma necessidade em torno de R\$ 130 bilhões de aumento de arrecadação. Entre as iniciativas, está a mudança na tributação de fundos exclusivos de investidores de alta renda e de investidores fora do País, conhecidos como offshore.

Essas propostas, que ganharam o apelido de "Robin Hood" no Congresso por terem como foco o contribuinte de renda mais alta, enfrentam resistências de parlamentares. Os fundos exclusivos podem render cerca de R\$ 26 bilhões, mas o governo, ao enviar a proposta ao Congresso, deve fazer uma projeção mais conservadora, entre R\$ 10 bilhões e os R\$ 26 bilhões.

A equipe econômica também estuda mudanças no instrumento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), mecanismo criado após o Plano Real com o fim da correção monetária sobre os balanços. O JCP é uma forma que as grandes empresas usam para remunerar seus acionistas - a despesa pode ser deduzida do IR a pagar.

Dessas iniciativas, apenas a que taxa investimentos no exterior teve sua discussão iniciada no Congresso. Por iniciativa do governo, a tributação foi incluída no relatório que tratou da nova regra de correção do salário mínimo.

## Cifras

R\$ 90 bi é o valor de receita extra estimado pelo governo com a reformulação das regras do **Carf**

R\$ 30 bi é a cifra que o ministro Fernando Haddad negocia com a Petrobras com o fim de disputas no tribunal

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PL do Carf reduz multa de 150% aplicada pela Receita Federal

**Beatriz Olivon De Brasília**

O projeto de lei sobre a volta do voto de qualidade ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** trata de outra questão polêmica: as multas aplicadas pela **Receita Federal**. O texto reduz de 150% para 100% a chamada "qualificada", adotada pela fiscalização quando entende que o contribuinte cometeu fraude, dolo ou simulação para não pagar ou recolher menos **tributos**. Mas a penalidade, de acordo com a proposta, pode voltar ao patamar original em caso de reincidência.

Existem pelo menos cinco discussões entre contribuintes e **Receita Federal** sobre multas aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), segundo levantamento realizado pelo escritório BMA Advogados.

As duas principais seriam resolvidas com a aprovação do texto atual do projeto de lei.

A proposta passou pela CÂMARA DOS DEPUTADOS no primeiro semestre (PL nº 2384/2023) e está agora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Otto Alencar (PSD-BA), relator no Senado, pretende apresentar o seu parecer até o fim deste mês. Caso os senadores façam alterações, o texto terá que ser devolvido à Câmara.

Hoje, na esfera federal, há a multa de 20%, aplicada quando há atraso no pagamento de tributo, as chamadas isolada e de ofício, de 50%, para descumprimento de obrigação acessória, e a multa padrão adotada nas autuações - que pode ser elevada para 150% em caso de fraude, dolo ou simulação.

"No regime de hoje, as multas podem somar 220%, porque só a multa qualificada é de 150%", afirma Diana Piatti Lobo, sócia do Machado Meyer Advogados.

De acordo com ela, a penalidade sempre teve caráter confiscatório e o Supremo Tribunal Federal (STF) já definiu que tributo não pode ter efeito de confisco.

A advogada vê com bons olhos as mudanças propostas no projeto de lei. Para ela, são alterações

muito positivas para os contribuintes.

"Acho que elas estão em linha com a tentativa de melhora do ambiente fiscal." A principal mudança está na multa qualificada, que cairia para 100%. Porém, em caso de reincidência, voltaria aos 150%. Pelo texto, será considerada reincidência nova tentativa de fraude, dolo ou simulação no prazo de dois anos.

A proposta também prevê redução de penalidades em caso de autorregularização. As multas de ofício e de mora cairiam, respectiva, em um terço e 50%.

Além disso, o artigo 14 do projeto de lei determina o cancelamento de multas em autuações fiscais inscritas ou não em dívida ativa que exceda a 100% do crédito tributário.

"Esse comando vale inclusive para multas já aplicadas, mesmo que esteja em inscrição em dívida.

Altera o regime para multas que serão aplicadas e aplica o novo regime para as multas já constituídas", afirma Diana Piatti Lobo.

Apesar de a proposta não resolver todos os litígios envolvendo as multas tributárias, poderia dar fim aos mais importantes na esfera federal, segundo Lígia Regini, sócia do BMA Advogados.

A advogada lembra que a multa de 150% por vezes é questionada no **Carf**, sob a alegação de que o fiscal não comprovou a fraude para qualificar a multa. "Hoje é necessário enfrentar o contencioso administrativo para afastar a multa de qualificação", diz.

Para Regini, a mudança indica uma evolução muito importante, seguindo a ideia de que a multa não teria propósito arrecadatório, mas que seria apenas um instrumento para estimular a conformidade e corrigir desconformidades.

"Hoje as Fazendas estão arrecadando através da multa. Não deveria ser esse o propósito." Dois temas abordados no PL são alvo de questionamentos no STF em dois recursos. Em um deles, os ministros vão definir a possibilidade de fixação de multa tributária punitiva, não qualificada, em montante superior a 100% do tributo devido (RE 1335293). No outro, os limites da multa fiscal qualificada em razão de



sonegação, fraude ou conluio de 150% sobre a totalidade, ou diferença do imposto (RE 736090).

As outras teses que seguem em discussão no STF tratam de multa por descumprimento de obrigação acessória, multa por não homologação de pedido de compensação e o limite de fixação da multa moratória.

"É uma evolução e o fiscal sai da postura de só aplicar a lei automaticamente", afirma a advogada.

Ela acrescenta que esses pontos do projeto de lei podem resolver ainda contenciosos na esfera administrativa. "E daria para a Receita daqui pra frente o dever de ter mais critério na aplicação da penalidade." De acordo com o vice-presidente do Sindifisco Nacional, Tiago Barbosa, os auditores fiscais não são favoráveis às mudanças nas multas. O objetivo principal das multas, afirma, não é a sua aplicação em casos de Imposto de Renda da Pessoa Física, por exemplo, mas sim alcançar grandes contribuintes com planejamentos abusivos e ilegais.

As mudanças trazidas pelo projeto de lei, em geral, acrescenta o vice-presidente, não incentivam o pagamento de **tributos**. "Não são medidas adequadas, sobretudo pelo histórico e pela comparação do sistema tributário brasileiro com os dos países que conseguem fornecer distribuição de renda e igualdade social", diz ele. Para o auditor fiscal, alterar a multa agrava o problema, que é uma espécie de estímulo a fazer o planejamento tributário se tornar planejamento financeiro.

"A penalidade sempre teve caráter confiscatório" Diana Piatti Lobo

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
PL do **Carf** reduz multa de 150% aplicada pela **Receita Federal**

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633>



# Arcabouço fiscal: Lira alfineta Haddad, mas prevê votação na terça

**Edla Lula**

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), prevê para terça-feira a votação do novo marco fiscal. O parlamentar informou que a reunião do colégio de líderes com técnicos do Ministério da Fazenda, que ocorreria na última segunda-feira, foi reagendada para a próxima segunda e, caso haja consenso, a votação se dará no dia seguinte.

Infelizmente, não houve clima. Alguns líderes não queriam que a reunião acontecesse ontem (segunda), frisou Lira, numa menção ao mal-estar instalado entre seus pares após declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad - em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo -, na qual acusou a Câmara de humilhar o Senado e o Executivo.

Lira se disse surpreso com as declarações de Haddad, atribuindo-as a um relaxamento excessivo do ministro na entrevista. Mas ressaltou que, institucionalmente, não haverá qualquer tipo de inconstância no tratamento da Câmara com as matérias que são essenciais para o Brasil.

O parlamentar destacou que antes mesmo de o governo tomar posse, durante a transição, a Casa tem dado todo o conforto para o bom andamento da pauta econômica. Sem a PEC da Transição, o governo não teria a tranquilidade orçamentária que tem, recordou, citando, ainda, a primeira votação do arcabouço fiscal, a inédita **reforma tributária** e o Projeto de Lei que recobrou o voto de qualidade para o governo no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

O deputado disse esperar que não haja mais nenhuma sofreguidão do lado do governo, para que a pauta do novo marco fiscal possa prosseguir na Câmara.

Ficou marcada uma reunião com o relator Claudio Cajado (PP-BA), técnicos da Fazenda, técnicos da Câmara e líderes partidários para que se discuta a única matéria mais polêmica ainda, que é a modificação do prazo de cálculo do IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo). Isso sendo acordado, na terça-feira, essa matéria vai a plenário, informou.

Ele se referia à emenda inserida na matéria aprovada

no Senado que prevê as despesas condicionadas - um dispositivo que possibilitaria ao governo manter no Orçamento de 2024 volumes de recursos que podem chegar a R\$ 40 bilhões, por meio de crédito adicional, caso a **inflação** medida pelo IPCA daquele ano permita.

Haddad esteve no Congresso, nesta terça-feira, mas não procurou Lira. Indagado por jornalistas sobre a importância de manter esse item no texto, o ministro afirmou que o dispositivo trouxe mais clareza para o Orçamento porque a **inflação**, no final do ano, vai se refletir na arrecadação do ano seguinte.

O titular da Fazenda admitiu preocupação com a redução na arrecadação de **impostos**, provocada pela desaceleração da economia, e lembrou que o tema não envolve apenas o governo federal. A desaceleração da economia está se refletindo na arrecadação de estados e municípios, apontou.

Fundos offshore

O ministro destacou que fez uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para agradecê-lo por remeter à Câmara duas medidas provisórias que corriam o risco de caducar. Ambas são consideradas fundamentais para que o governo aumente a arrecadação de **impostos** e consiga cumprir a meta de zerar o déficit fiscal no próximo ano.

As medidas provisórias foram publicadas em maio, em homenagem ao Dia do Trabalhador. A MP 1172/2023 aumentou o salário mínimo para R\$ 1.320. A outra, a MP 1171/2023, elevou de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112 a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a partir de 1º de maio de 2023. Essa MP traz, também, a taxaço do Imposto de Renda para os investimentos feitos em paraísos fiscais por residentes no Brasil, conhecidos como fundos offshore.

Haddad não quis atravessar o corredor até o gabinete de Lira, mas comentou que ligaria para ele, na tentativa de sensibilizar quanto à importância da aprovação da matéria.

O presidente da Câmara tem se colocado contrário à taxaço, por entender que poderá haver fuga de dinheiro do país.

Já Haddad explicou que a proposta foi incluída na MP para compensar a perda de receita provocada pela mudança na tabela de IR. A tributação dos fundos em paraíso fiscal é a compensação pela atualização da tabela do Imposto de Renda. Toda vez que é atualizada a tabela do IR, tem uma renúncia fiscal, e essa renúncia precisa, por lei, ser compensada , defendeu.

Ele contou, ainda, que o modelo foi inspirado nas melhores práticas internacionais, a partir de países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Lira critica Haddad, mas prevê votação na terça

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/08/5117408-arcabouco-fiscal-lira-alfineta-haddad-mas-preve-votacao-na-terca.html>**

# Lira: Não há perspectiva de reunião com Lula sobre reforma ministerial

## Agência Estado

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça-feira, 15, que não há perspectiva de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar da **reforma ministerial** negociada pelo governo para acomodar o Centrão. O Palácio do Planalto já confirmou que os deputados André Fufuca (PP-MA), correligionário de Lira, e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) vão entrar na Esplanada, mas Lula ainda não definiu quais pastas serão entregues a esses partidos.

Não tem nenhuma perspectiva de conversa com Lula para isso. Nós estamos falando sempre por telefone, para a insatisfação de muita gente, inclusive de algumas pessoas que gostam de vazar notícias falsas, disse Lira a jornalistas. O presidente Lula tem que tratar com os líderes e presidentes de partidos no tempo dele. Não há nenhuma pressão com relação a isso. Eu trabalho sempre para que o governo tenha a maioria que precisa. Agora, sustentabilidade de governo quem tem que tratar é o governo. Há que se dar um tempo, afirmou o presidente da Câmara.

A mudança na Esplanada começou com a troca de Daniela Carneiro por Celso Sabino no Ministério do Turismo a pedido do União Brasil, mas a demora para o desfecho da **reforma ministerial** tem irritado o Centrão. Além disso, os deputados ainda reclamam da demora na liberação de emendas e dizem, nos bastidores, que o governo tem uma fatura a pagar após a aprovação de projetos importantes, como o que retoma o voto do governo nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

É um processo que aconteceu em todos os governos, da democratização até agora, é o famoso problema dos governos de coalizão. O governo se elegeu, não elegeu maioria no Congresso, e tem que fazer essa maioria de uma maneira organizada, comentou Lira sobre as negociações de Lula para acomodar mais partidos no governo.

Em meio à indefinição sobre a **reforma ministerial**, a pauta econômica está travada. Também causou desgaste para o Planalto as declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o que chamou de poder muito grande da Câmara. Lira disse,

contudo, que o arcabouço fiscal pode ser votado no plenário da Casa na próxima terça-feira, 22, se houver consenso sobre a emenda do Senado que autoriza a previsão de despesas condicionadas no Orçamento de 2024.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

## Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA

Lira: Não há perspectiva de reunião com Lula sobre **reforma ministerial**

## Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/08/5117439-lira-nao-ha-perspectiva-de-reuniao-com-lula-sobre-reforma-ministerial.html>

# Proposta para taxar fundos de 'super-ricos' prevê cobrança de imposto semestral; entenda

**Brasília**

**/  
Hellen Leite, do R7, em Brasília**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou que pretende enviar ao Congresso Nacional ainda neste ano uma proposta para taxar os chamados "fundos de super-ricos", que são fundos exclusivos de investimento voltados para quem tem, no mínimo, R\$ 10 milhões.

O projeto do governo ainda não está detalhado, mas a ideia é criar uma taxa baseada no regime de "come-cotas". Nesse tipo de cobrança, os investidores são taxados uma vez a cada semestre, nos meses de maio e novembro. Atualmente, o pagamento do imposto só ocorre na hora do resgate dos valores.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Segundo o economista César Bergo, professor de especialização em Mercado Financeiro na Universidade de Brasília (UnB), a princípio, a ideia do governo é antecipar essa cobrança. Nesse modelo, explica, também há maior previsibilidade do montante a ser arrecadado, já que há um monitoramento dos fundos exclusivos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

"Do ponto de vista técnico, existe, sim, uma gordura que pode ser taxada. Essas pessoas realmente pagam menos **impostos**. No entanto, estamos falando de investidores qualificados e preparados para, de alguma forma, escapar da taxa", afirma. "Por detrás desses investimentos, existem especialistas contratados em gestão tributária, justamente para pagar menos **impostos**", completa.

Atualmente, existem 2.568 fundos exclusivos de investimentos no mercado brasileiro. Isso significa R\$

756 bilhões alocados nesses fundos, segundo dados do TradeMap. Esse dinheiro representa 12,3% de tudo o que está aplicado em fundos no Brasil.

Para Bergo, a proposta no Congresso deve ser construída de modo a evitar manobras dos investidores. "A norma tem que prever fechar todas as portas para esses investidores não migrarem para outros investimentos, como, por exemplo, a migração para as criptomoedas", alerta.

A equipe econômica do governo também defende uma nova regulação para offshore, que são fundos de investimentos feitos por brasileiros no exterior. Esse seria um jeito de fechar o cerco para quem os investidores que queiram fugir da tributação no Brasil.

Na semana passada, a comissão mista que analisa a medida provisória do reajuste do salário mínimo (MP 1172/23), aprovou o relatório com a inclusão da taxa de aplicações no exterior (offshores) e ampliação da faixa de imposto de renda para pessoa física. Agora, o texto vai ao plenário da Câmara dos Deputados e depois ao Senado.

O tributarista Glauco Hanna também lembra que a ideia de taxar super-ricos não é nova e chegou a ser discutida nos governos dos presidentes Michel **Temer** (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

"Caso o governo queira obrigar os mais ricos a pagarem mais **tributos**, poderá usar o imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição desde 1988, que até hoje não foi regulamentado. Como dissemos anteriormente, os fundos em questão são tributados, mas o que está em pauta é antecipar o momento do pagamento do imposto sobre os rendimentos auferidos, sem que tenham sido efetivamente resgatados", reforça.

O especialista ainda cita que os interesses de grupos políticos e econômicos podem atrapalhar o debate e aprovação da matéria. "Os gargalos estão nos grupos econômicos e interesses políticos envolvidos, considerando se tratar de uma pauta sensível", completa.

Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) tem medido a temperatura em relação à aceitação das medidas propostas pela equipe econômica antes de pautar projetos. Por outro lado, Haddad tem apostado na taxaço dos ricos e na volta do voto de qualidade do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** para fechar as contas sem grandes déficits nos próximos anos.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/proposta-para-taxar-fundos-de-super-ricos-preve-cobranca-de-imposto-semestral-entenda-15082023>

# Governo diz que ruído entre Lira e Haddad não afeta reforma

*Victoria Azevedo e Thiago Resende Brasília*

A ala política do governo federal espera resolver o desenho da **reforma ministerial** para garantir a entrada do PP e do Republicanos na Esplanada dos Ministérios até o fim desta semana e antes de o presidente Lula (PT) embarcar para a Cúpula do Brics na África do Sul.

Membros do centro têm reclamado sobre o que consideram uma letargia do governo, e auxiliares do petista têm receio de que a demora em concretizar as mudanças ministeriais possa contaminar a relação entre Executivo e Legislativo e, dessa forma, atrapalhar o andamento de projetos de interesse do Planalto no Congresso Nacional. A votação do novo arcabouço fiscal, matéria considerada prioritária para o Executivo, foi novamente adiada e deve ocorrer na próxima semana.

Uma reunião que estava prevista entre os líderes partidários e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para tratar do projeto na segunda-feira (14) foi adiada após mal-estar causado por declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"A Câmara está com um poder muito grande, e ela não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o Executivo", disse Haddad em entrevista ao programa Reconversa, com o jornalista Reinaldo Azevedo e o advogado Walfrido Warde.

A declaração azedou o clima político e obrigou o ministro a dar explicações após reação negativa de parlamentares.

À Folha integrantes do Palácio do Planalto e líderes do centrão, no entanto, minimizam o efeito do episódio e descartam a possibilidade de ele atrapalhar o andamento das conversas da reforma.

Segundo eles, por mais que as declarações tenham gerado um desconforto, isso não será um fator que vai impedir as mudanças ministeriais.

Lira também rechaçou que isso possa prejudicar a relação com o Executivo. "Não temos interesse nenhum em promover qualquer acirramento de ânimos, mas o posicionamento foi necessário", disse Lira nesta terça (15).

O presidente da Câmara afirmou ainda que tem mantido contato frequente com Lula. "A presidência da Câmara tem uma excelente relação com o presidente da República, temos que ter essa relação, temos essa relação, mas ela nem de longe é pautada por essa participação [em ministérios]", afirmou ele.

"Somos facilitadores para que as matérias caminhem na Câmara dos Deputados. Quanto mais base o governo tiver, mais fácil o meu trabalho, mais fácil o trabalho do governo. Quem tem que construir é o governo, no tempo dele", completou Lira.

Já é certo que os deputados Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) e André Fufuca (PP-MA) serão ministros - mas ainda não há clareza sobre quais pastas irão ocupar.

A janela para o Planalto resolver o imbróglio da reforma é curta. Lula viaja no início da próxima semana para a XV Cúpula do Brics, em Joanesburgo, na África do Sul.

A ideia de articuladores políticos do governo é tentar viabilizar o encontro de Lula com a cúpula do PP e do Republicanos ainda nesta semana.

Lula se reuniu nesta terça (15) com o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), responsável pela articulação com o Congresso e que participa das negociações da reforma.

Auxiliares de Lula já haviam apresentado diversos cenários para resolver a matemática da reforma. Até a criação de duas novas pastas está na mesa do presidente.

O PP mira o Ministério do Desenvolvimento Social, que cuida do Bolsa Família. O Republicanos está de olho no Ministério do Esporte.

No entanto, o PT e Lula resistem a ceder ao centrão a pasta responsável pelo principal programa social do governo. Por isso, o Planalto estuda uma dança de cadeiras para manter o Desenvolvimento Social com aliados próximos de Lula e oferecer outros ministérios ao PP de Lira.

Apesar de o centrão, inclusive o PP, pressionar o governo a efetivar a reforma, Lira colocou panos quentes na crise nesta terça (15).

"Há que se dar um tempo. Esse processo [de **reforma ministerial**] aconteceu em todos os governos, da redemocratização até agora. É o famoso problema dos governos de coalizão. O governo se elegeu, não elegeu maioria no Congresso e tem que fazer essa maioria de maneira organizada."

"Somos facilitadores para que as matérias caminhem na Câmara dos Deputados. Quanto mais base o governo tiver, mais fácil o meu trabalho, mais fácil o trabalho do governo. Quem tem que construir é o governo, no tempo dele" Arthur Lira (PP-AL) presidente da Câmara

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50370>**



# Ministros afagam Lula, articulam com colegas e liberam emendas para tentar escapar da reforma

Por Camila Turtelli, Jeniffer Gularte e Sérgio Roxo

Diante da iminente **reforma ministerial**, titulares da Esplanada e ocupantes de outros postos cobiçados do governo intensificaram os movimentos para fugir da fritura e permanecer onde estão. Nomes como o dos ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Carlos Fávaro (Agricultura), assim como a presidente da Caixa, Rita Serrano, lançaram mão de estratégias que vão de acenos diretos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e articulações com titulares de pastas do Palácio do Planalto à construção de pontes com caciques do Congresso e liberação de emendas parlamentares. O chefe do Executivo tem dito a auxiliares que pretende sacramentar as mudanças nesta semana, antes de embarcar para a Cúpula dos Brics, na África do Sul, no domingo.

As mudanças que abrirão espaço no governo aos deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) foram discutidas ontem à noite em reunião entre Lula; o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais); os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e Senado, Jaques Wagner (PT-BA); e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Segundo participantes, ainda não houve definição do novo desenho do governo.

Um dos três nomes do PSD na Esplanada, Alexandre Silveira tem sido alvo de críticas no Congresso. Parlamentares afirmam que não conseguem agenda com o ministro e que ele se empenha mais em se fortalecer eleitoralmente do que atender ao Legislativo. Em 12 de junho, por exemplo, ele participou da entrega de 53 carros para a Polícia Militar de Minas Gerais, seu estado. O argumento para a presença foi o de que as viaturas eram elétricas.

Em paralelo à pressão, Silveira, ex-senador, promoveu um aumento discreto no tempo dedicado ao Congresso: teve quatro encontros com parlamentares em agosto, de acordo com sua agenda oficial. Em julho, há o registro de apenas uma reunião.

Apesar das críticas, a saída de Silveira do primeiro escalão é vista como uma possibilidade remota, já que ele é considerado da "cota" do presidente do Senado,

Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O ministro também vem fazendo gestos a Lula. Recentemente, por exemplo, chamou a primeira-dama Rosângela da Silva, Janja, para ser madrinha do programa Luz Para Todos.

Na Câmara, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), decidiu criar uma comissão especial para tratar sobre o marco regulatório do setor elétrico, duas semanas depois de Silveira afirmar que o governo pretendia enviar um novo projeto relacionado ao tema. O gesto foi visto como um recado político ao ministro, que ontem enfrentou um novo desgaste com o apagão que atingiu as unidades da federação, exceto Roraima. Procurado para comentar as críticas, ele não se manifestou.

À frente da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD) também tem sido alvo de pressão. Nos bastidores, parte dos integrantes do Congresso defende colocar a pasta no bojo das negociações da reforma. Para se manter na Esplanada, o ministro aposta nas boas relações com a bancada ruralista, que reúne 324 deputados e 50 senadores, congressistas com os quais ele tem intensificado as articulações.

Não há intenção no curto prazo de mexer nos espaços no primeiro escalão de PSD, MDB e União Brasil. Para acomodar o Centrão, a tendência é que a equação promova rearranjos em áreas comandadas por PT e PSB, por exemplo.

Nesta hipótese, uma das mexidas pode envolver Márcio França (Portos e Aeroportos). Na semana passada, ele afirmou que "só Lula e Janja são imutáveis" no governo, mas ele próprio vem se mexendo para resolver questões complexas de interesse do presidente, como a solução recente para dar fôlego ao Aeroporto do Galeão. Também estão na mira ministérios cujos titulares não têm filiação partidária.

Fávaro também conta com a simpatia de Lula, que já o elogiou em mais de uma ocasião. A última delas ocorreu no final de junho, após lançamento do Plano Safra, quando o presidente foi às redes sociais dizer que Fávaro "tem sido uma dessas coisas boas que aconteceu em um governo que não é um clube de

amigos".

Já passaram por processos semelhantes de fritura outros integrantes da Esplanada, que também se movimentaram para aplacar as críticas. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, enfrentava uma rotina de reclamações por abrir pouco espaço na agenda a parlamentares e se negar a participar da articulação política.

Com o tempo, passou a receber mais deputados e senadores e estreitou relação até com um antigo adversário, Elmar Nascimento (BA), líder do União Brasil na Câmara. Ele também buscou erguer pontes com Arthur Lira, que, na semana passada, atuou diretamente para vetar o depoimento do ministro da Casa Civil à CPI do MST.

Padilha também enfrentou percalços, que foram driblados com uma presença mais ostensiva no Congresso - havia uma reclamação que os parlamentares sempre precisavam se deslocar ao Planalto para as conversas. Wellington Dias (Desenvolvimento Social), por sua vez, reconheceu em entrevista ao GLOBO que Lula já havia externado insatisfação e, nas próprias palavras, "adequou o foco" do ministério e adotou uma comunicação mais direta para tratar das realizações da pasta.

O cargo de Dias foi cobiçado pelo PP, movimento que esfriou depois que Lula deixou claro que o ministério responsável pelo Bolsa Família é da sua cota pessoal. Já no caso de Nísia Trindade, ministra da Saúde, que viveu o momento de pressão do Centrão, o próprio Lula saiu em sua defesa, o que inibiu a operação para derrubá-la.

Até a presidente da Caixa, Rita Serrano, que tem a saída considerada certa, intensificou seu contato com ministros. Ela já esteve com Padilha, Márcio Macêdo (Secretaria-Geral) e Maria Fernanda Ramos Coelho, ex-presidente do banco e secretária executiva da Secretaria-Geral da Presidência. Serrano também tem procurado propagar realizações da sua gestão.

Outro instrumento que tem sido usado por ocupantes da Esplanada cotados para deixar seus postos é a liberação das emendas do extinto orçamento secreto - um acordo destinou metade do valor para emendas individuais, e a outra metade foi direcionada para sete ministérios. Desde julho, foram empenhadas R\$ 1,45 bilhão de verbas oriundas da modalidade, frente a R\$ 634 milhões do início do ano até junho. Proporcionalmente, é a Agricultura que tem feito mais repasses: 66% do total previsto para o ano, ou R\$ 276 milhões, já foram empenhados. Mas a concentração em Mato Grosso, estado do ministro, como mostrou O GLOBO, segue irritando os parlamentares.

- Há uma reclamação e vou cobrar isso da Casa Civil - afirmou o deputado Vander Loubet (PT-MS), da bancada do Mato Grosso do Sul.

Coordenadora da bancada do Tocantins, a senadora Dorinha Rezende (União) disse que há várias propostas da sua bancada apresentadas ao Ministério da Agricultura à espera de recursos, mas que nenhuma foi contemplada.

- Não há nada ainda para o estado, apesar de ter propostas cadastradas - disse Dorinha.

Fávaro rebate as críticas e afirma que há o compromisso firmado com Padilha de que os R\$ 416 milhões serão indicados pelo Congresso.

- Não vai ficar parlamentar sem fazer indicação nenhuma - garantiu o ministro.

Na Saúde, já foram empenhados 43% (R\$ 1,3 bilhão) de 2023, a maior parte para Alagoas, estado de Lira e de governistas influentes, como o senador Renan Calheiros (MDB).

Wellington Dias, que até junho não tinha empenhado sequer um real, tirou o volume do zero em julho, enquanto o Centrão ampliava a pressão por seu posto, e até agora já liberou R\$ 155 milhões, 10% do total. Quem ainda mantém todos os valores represados é Ana Moser, ministra do Esporte. A pasta segue sendo alvo de cobiça do Republicanos.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/16/mini-stros-afagam-lula-articulam-com-colegas-e-liberam-emendas-para-tentar-escapar-da-reforma.ghtml>**

## Ponta de faca (Editorial)

Pressões e recados fazem parte do jogo político, mas o próprio ministro Fernando Haddad, da Fazenda, parece ter reconhecido que deu um passo em falso ao se queixar do que considerou um poder imoderado da Câmara dos Deputados.

Ele foi a público na segunda-feira (14) em busca de amainar o impacto das afirmações de poucas horas antes. Alegou que não fizera crítica à atual legislatura - vale dizer, ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)- e avaliou que Executivo e Congresso precisam construir uma relação mais estável.

Àquela altura, a reação de Lira às elucubrações do ministro já ameaçava a tramitação de projetos essenciais para a agenda econômica, em particular a nova regra de controle das despesas do governo.

Não resta dúvida de que Haddad criticou, sim, o atual protagonismo da Casa legislativa durante o programa Reconversa, transmitido pela internet. Disse que o Brasil vive uma espécie "estranhíssima" de parlamentarismo sem primeiro-ministro -e que a Câmara não pode usar seu poder inaudito para "humilhar" o Senado e o Executivo.

Reclamou, ademais, das atuais dimensões das emendas parlamentares ao Orçamento e, no que soou como referência a Lira, afirmou que na democracia as instituições ficam e as pessoas passam.

A análise é pertinente. O Congresso de fato se fortaleceu nos últimos anos, e o chefe da Câmara aglutinou em torno de si, à base de fisiologismo, extensa rede de apoios.

O que o titular da Fazenda deixa de considerar é a fragilidade do governo a que pertence, vitorioso por margem ínfima nas urnas e sem um programa de ampla aprovação da sociedade.

Tome-se o exemplo da intenção de fazer todo o ajuste imprescindível das contas públicas por meio de mais **impostos**. Rever subsídios e privilégios é correto, mas elevar uma carga tributária já exorbitante se mostra missão inglória econômica e politicamente.

Neste momento, o Executivo enfrenta dificuldade para aprovar uma medida provisória destinada a taxar investimentos no exterior. Independentemente do mérito da proposta, o descabido artifício petista de incluí-la também em outra MP, relativa ao aumento do salário mínimo, pode resultar em um conflito temerário

com Lira.

Longe de contar com uma base sólida de sustentação no Congresso, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa aproveitar as oportunidades de entendimento em torno de projetos suprapartidários, como se deu com a **reforma tributária** aprovada na Câmara.

Deve também escolher com cuidado as disputas legislativas a serem enfrentadas. De melhor, a disposição para dialogar e negociar é visível no Planalto e na Fazenda.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50370>

# Líderes planejam tirar taxaço de offshore da MP do salário mínimo

**Julia Chaib, Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo**

Brasília Líderes da Câmara planejam tirar a taxaço de empresas ou fundos offshore (fora do país) da MP (medida provisória) que trata do salário mínimo, impondo um revés ao governo Lula (PT) e ao ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Elmar Nascimento (BA), líder da União Brasil na Câmara, diz que é preciso discutir primeiro o arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária** antes de tratar do que ele considera ser uma elevação da carga tributária. "Não vamos votar aumento de imposto", disse.

Além dele, outros líderes ouvidos reserva da mente pela Folha também defendem a retirada da tributação das offshores. Já uma segunda ala prefere adotar postura mais cautelosa, dizendo que é preciso "rediscutir o texto", mas sem cravar que a taxaço deve cair.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), temperar regimental para derrubar esse trecho da proposta em uma canetada, uma decisão "de ofício" no jargão técnico. Ainda não está acordado se essa será a saída adotada. Outra possibilidade é votar uma emenda supressiva no plenário.

A retirada do tema da MP vai impor ao menos um atraso na aprovação de uma proposta considerada essencial para a equipe econômica conseguir alcançar suas metas fiscais e melhorar a iso-nomia tributária no Brasil.

A tributação das offshores foi o epicentro do atrito entre Haddad e Lira. Como mostrou a Folha, eles tiveram uma conversa tensa sobre o tema no telefone na sexta (11). Uma das reclamações de Lira foi a inclusão da medida na MP do salário mínimo sem prévio acerto com os líderes. O governo fez isso para tentar acelerar o avanço da iniciativa, mas os parlamentares e o próprio presidente da Câmara se disseram pegos de surpresa. Há também resistências ao mérito da medida, que pode ampliar a tributação sobre a alta renda.

Após o diálogo, o ministro da Fazenda deu a declaração sobre o "poder muito grande" da Câmara, que contribuiu para azedar ainda mais o clima, embora

o ministro tenha feito uma retratação pública na segunda (14).

Diante desse contexto, parte dos parlamentares defende o envio de um projeto de lei pelo governo para que o tema seja debatido sem um prazo-limite para colocar pressão sobre o Congresso. A MP do mínimo precisa ser votada até 28 de agosto para não perder validade.

Haddad, por sua vez, tem buscado diálogo com os congressistas na tentativa de manter a medida de pé. A taxaço das offshores foi apresentada como medida de compensação à correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, que gerou renúncia de R\$ 3,2 bilhões em receitas neste ano. Trata-se de exigência da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

"A compensação faz parte. Não consigo separar uma coisa da outra", disse o ministro da Fazenda, após sair de uma reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para discutir o despacho da MP para votação no plenário da Câmara.

Câmara adia novamente votação do arcabouço fiscal

O relator do projeto do novo arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), disse que a votação da proposta foi adiada novamente e não será feita mais nesta semana. A previsão é que na próxima segunda-feira (21) o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reúna-se com líderes da Casa e técnicos do Ministério da Fazenda para debater as mudanças que o Senado fez no texto do arcabouço.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50370&maxTouch=0&anchor=6481661&pd=04bef0ea5fca58dd5151e737938f43ff>

# Constitucionalismo imperial (Artigo)

**Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.**

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr. -  
ADVOGADO, É CONSELHEIRO DO INSTITUTO  
MILLENIUM

Com a redemocratização e a centralidade normativa da Constituição, era esperado que o Supremo Tribunal Federal (STF) ganhasse relevo no trabalho diário de consolidação de uma nova ordem jurídica firmada nos valores da liberdade e na consequente imposição de limites ao poder estatal. Dos sonhos de 1988 à realidade do presente, andamos muito e relativamente bem. Não se trata de dizer que foi perfeito nem que poderia ter sido melhor; a marcha do processo histórico, em especial nas complexas democracias contemporâneas, é traçada em linhas sinuosas, entre terrenos difíceis e acidentados, com inarredáveis riscos de retrocessos e suas forças do atraso.

Todavia, ao elevar o talento e a inteligência humana, é a via democrática o caminho possível para sermos livres e, assim, guiarmos o progresso civilizatório, ampliando janelas de oportunidade, estudo, trabalho e mobilidade social ascendente à cidadania brasileira.

Nestes 35 anos de caminhada constitucional, apesar de tantos avanços notórios, há uma circunstância que, por seus agudos efeitos deletérios, não mais pode ser ignorada: o grave apequenamento institucional da classe política. Entre as variáveis decadentes, a falência moral e estrutural dos partidos políticos tem peso determinante.

É cediço que, sem partidos autênticos, a democracia fica à mercê dos piores falseamentos.

Isso porque é dever das agremiações partidárias preparar e selecionar os quadros mais capazes para o exercício digno da função política, afastando os aventureiros ou mal-intencionados. No trabalho pedagógico, deve-se promover uma cultura política séria, historicamente referenciada e com clara visão dos problemas brasileiros e internacionais, enaltecendo, com rigor, os predicados de ética comportamental e da decência de procedimentos.

Algo, no entanto, se perdeu; temos partidos aos borbotões, mas nos faltam políticos modelares.

Infelizmente, a teoria cedeu ao pragmatismo existencial raso e imediato. Ao invés de valores, optou-se pelas cifras. Temos atualmente partidos bilionários,

embora paupérrimos no bom trabalho democrático.

Aliás, a recente votação da **reforma tributária**, reprisando outras sangrias do passado, foi regada a ouro das emendas parlamentares.

Conforme informações da imprensa, foram liberados, num único dia, ao redor de R\$ 5,3 bilhões aos congressistas para, pasmem, cumprirem o dever de votar um projeto de lei.

O fato chama a atenção. Não se trata de exigir um puritanismo angelical à política, mas há de existir um limite. No desvão da honra, a crença do cidadão nas instituições é a cada dia mais miserável. Olha-se para Brasília, mas não se enxerga o Brasil.

Fala-se em democracia, mas o que se vê é o desmando estabelecido.

E lá, no espelho da lei, a imagem da impunidade.

Ora, diante da sereia monetária, a política abriu mão de sua autoridade. E, sem a autoridade do Executivo e do Legislativo, o poder de decisão sobre questões fundamentais da democracia foi gradualmente transferido ao Judiciário, em especial para o Supremo Tribunal Federal. Ou seja, o protagonismo corrente do Supremo não decorreu de um ato de vontade da Corte, mas por deliberada transferência de competências do Parlamento e do Executivo. Tal lógica defectiva de poder correu no tempo e, hoje, os eleitos democraticamente pelo povo pouco podem fazer pelos eleitores. Sim, a democracia vota, mas não manda. O voto elege, mas não tem a palavra final.

Em recente publicação na Harvard Law Review, o prestigiado professor de Stanford Mark A. Lamley afirmou que "estamos na era da Suprema Corte imperial", que "não é apenas a mais ativista de todas as Cortes do século passado, mas cada vez mais o locus de todo o poder legal", vindo a asseverar que "é um Tribunal que está consolidando seu poder, enfraquecendo sistematicamente os demais braços do governo, federal ou estadual, que possa ameaçá-lo, ao mesmo tempo que enfraquece direitos individuais".

Como se vê, os desafios e pulsões do constitucionalismo moderno não traduzem exclusividade brasileira. Talvez a grande questão em aberto seja bem calibrar o grau de exposição das Cortes Constitucionais sobre matérias políticas ordinárias que deveriam - e devem - ser analisadas



prioritariamente pelo Legislativo e o Executivo.

Agora, o que fazer quando a política institucionalizada trai e abandona seus deveres com a democracia?

Decididamente, a saída não é transformar a vida num litígio permanente. Sentenças judiciais resolvem casos jurídicos, mas não solucionam problemas políticos, podendo, inclusive, agravá-los. O atual desarranjo em curso, além de aviltar a alta função do STF, expõe demasiadamente a Corte, retirando-a de sua estratégica posição de retaguarda institucional.

Sem cortinas, o corrente constitucionalismo imperial não deixa de ser o último freio de uma engrenagem de poder avariada, cujos metais batem a ferro quente. Ainda há tempo para besuntar a máquina e evitar consequências imprevisíveis.

Para tanto, a política deverá voltar a privilegiar as melhores tradições de prestígio, mando e decisão. Não se trata de dinheiro, mas de poder. Um poder político que a democracia outorga aos eleitos. E só aos eleitos.

\*

O protagonismo atual do Supremo Tribunal não decorreu de um ato de vontade da Corte, mas por deliberada transferência de competências dos outros dois Poderes

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "Educação faria mais pela Região Nordeste do que arrecadação"

**DANIEL WETERMAN**

Maílson da Nóbrega - Economista, foi ministro da Fazenda entre 1988 e 1990 (governo Sarney). É sócio da Tendências Consultoria Integrada

\*

Na avaliação do ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, uma educação de qualidade teria mais poder para reduzir as desigualdades no Nordeste do que a mera transferência de recursos para a região. Norte e Nordeste receberam R\$ 123 bilhões a mais em repasses da União do que arrecadaram em impostos federais desde 2019.

Os números motivaram o lançamento de uma frente do Sul e do Sudeste para se contrapor ao Nordeste, como anunciou em entrevista ao Estadão o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

Para o ex-ministro, é preciso considerar que parte das transferências é oriunda dos fundos de participação, por meio dos quais os Estados recebem a parcela devida de impostos federais. A participação está garantida pela Constituição de 1988 e privilegiou Norte e Nordeste como forma de reduzir as desigualdades regionais.

"Se a qualidade da educação tivesse melhorado, seria feito mais para a redução das desigualdades regionais do que a participação da região na arrecadação do bolo tributário nacional", afirmou.

Para o senhor, é um erro considerar todas as transferências da União na hora de comparar a situação entre os Estados. Por quê?

A transferência para os fundos de participação não tem qualquer semelhança com as transferências voluntárias, que são negociadas. O fundo de participação é composto de recursos que pertencem aos Estados e municípios, não é porque o governo federal quis transferir.

Aquilo é direito dos Estados.

Por isso, também não haveria como a União estabelecer regras para um dinheiro que pertence aos Estados.

A queixa de governadores do Sul e do Sudeste parte de uma premissa errada?

O Zema dá a entender que tudo que os Estados do Nordeste recebem do fundo de participação é porque eles articularam, sendo que a articulação foi feita em 1988, quando não existiam essas associações. O valor foi uma negociação que fez parte da Constituição. Os Estados do Nordeste apoiaram a reivindicação de Sul e Sudeste para a incorporação dos impostos únicos sobre combustíveis, lubrificantes, minerais e outros na base do ICMS. Os do Sul e do Sudeste passaram a ter uma arrecadação maior do ICMS e os demais, uma arrecadação maior da parte que lhes cabe no Imposto de Renda.

O argumento de que Sul e Sudeste também têm localidades pobres faz sentido?

É pouco apropriado. Em todo o mundo onde existem mecanismos institucionais voltados para reduzir desigualdades regionais não se discute se cada unidade mais rica tem ou não regiões pobres também.

Na Alemanha, por exemplo, existe uma transferência entre os Estados, e os mais ricos transferem parte da arrecadação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para os menos ricos, mas nenhum Estado faz esse questionamento. Estudos mais recentes mostraram que o que vai fazer a diferença para Nordeste e para a Amazônia é a educação. Um estudo bem fundamentado é do economista pernambucano Alexandre Rands Barros no livro Desigualdades Regionais no Brasil: Natureza, causa, origens e soluções.

Se a qualidade da educação tivesse melhorado, seria feito mais para a redução das desigualdades do que a participação da região na arrecadação do bolo tributário.

É preciso direcionar mais recursos para a educação?

Não é tanto o dinheiro, é a qualidade da educação. Colocar mais dinheiro sem mudar a qualidade não adiantaria nada.

Hoje, o Brasil gasta em educação com dinheiro público 6,3% do PIB. Isso é mais do que a média de gasto



proporcional dos países da OCDE, que é de 5,8%, e, mesmo assim, a gente tem uma educação de qualidade lamentável. O Brasil gasta em educação proporcionalmente uma vez e meia o que gasta a China. Os países asiáticos no geral são a prova de que você pode, com menos dinheiro do que o Brasil gasta, ter uma mudança grande na qualidade da educação.

O modelo de distribuição de recursos entre os Estados tem de ser rediscutido?

É um modelo feito em 1988 com uma certa correria, tem que ser discutido, mas é um assunto complexo. O sentido dessas transferências em qualquer país é atribuir aos Estados menos desenvolvidos uma capacidade de ação, sobretudo de investimento, para que eles diminuam a distância que os separam das regiões mais desenvolvidas.

Isso merecia um estudo, um debate sério entre todos para discutir se ainda são válidas as premissas que levaram à fixação desse modelo.

Eu não tenho certeza se é necessário mudar ou não, mas é possível discutir.

A **reforma tributária** está passando ao largo dessa discussão?

A **reforma tributária** tem a ver com a tributação do consumo.

Eu acho que as regiões menos desenvolvidas vão ganhar com a **reforma tributária** porque são Estados importadores e, como a tributação passa da origem para o destino, teoricamente eles vão arrecadar mais do que arrecadam hoje, por isso tem uma transição longa de 50 anos. Sem essa regra, não haveria **reforma tributária**, como não houve no passado. No curto prazo, você teria perdas dos Estados mais desenvolvidos, sobretudo São Paulo. O que faz a reforma: durante 20 anos, nenhum dos membros da Federação - União, Estados e municípios - vai ter perda de arrecadação.

\*

"Na Alemanha, existe transferência entre os Estados, e os mais ricos transferem parte da arrecadação para os menos ricos"

"Os países asiáticos são a prova de que você pode, com menos dinheiro do que o Brasil gasta, ter uma mudança grande na qualidade da educação"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reforma administrativa é imprescindível e inadiável - COLUNA SECOVI

**MARIA SILVIA CARNEIRO**

A reforma administrativa é agenda obrigatória e inadiável. Por seu intermédio, o Brasil tem a oportunidade de alcançar a necessária eficiência do setor público, tornando-o mais ágil, moderno e trazendo melhoria na prestação de serviços aos cidadãos.

Com a aprovação da reforma tributária, é hora de priorizar essa questão. Por analogia, o País é como um imenso condomínio.

É preciso dimensionar precisamente o tamanho das despesas para, só então, definir a proporção do rateio entre seus moradores - no caso, o peso dos impostos suportado pelos brasileiros, o qual poderá diminuir com a reforma administrativa. Importante salientar que o tema já avançou.

Existe uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pronta para análise e, conforme recente manifestação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, uma vez superadas as discussões sobre reforma tributária e marco fiscal, este deve ser o "próximo movimento" do Congresso Nacional, enfatizando que a matéria exigirá a mobilização de todos. Para ele, a medida dará teto para as despesas e previsibilidade para o serviço público.

Para o Secovi-SP, a reforma administrativa abre caminho para reduzir o déficit público, controlar o orçamento da União, garantir maior sustentabilidade fiscal e diminuir a taxa de juros.

Um conjunto de fatores essenciais para pavimentar o desenvolvimento nacional, a geração de emprego e os necessários avanços sociais.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Plano verde pretende revolucionar economia

"Nossa ambição é que o Plano de Transformação Ecológica brasileiro seja o mais ambicioso, pelo menos entre os países em desenvolvimento", diz um dos arquitetos do plano verde brasileiro, Rafael Ramalho Dubeux, assessor especial do ministro da Fazenda Fernando Haddad. "Não é um plano apenas de descarbonização da economia. Trata-se, fundamentalmente, de um plano de desenvolvimento econômico." Anunciado na sexta-feira, durante o lançamento do novo PAC, o plano verde brasileiro atende, no momento, por duas denominações - Plano de Transformação Ecológica e Plano de Transição Ecológica. Há quem prefira o termo "transformação". "Parece mais apropriado para a profundidade da mudança que as medidas acarretam.

É profunda a mudança que se pretende na economia brasileira", diz Dubeux. "Todos os setores serão impactados. O conjunto da obra é muito transformador." São seis eixos e mais de cem itens que alcançam toda a economia. Fazem parte de uma agenda para os próximos 3,5 anos. Algumas medidas são de grande envergadura, como a criação do mercado de carbono ou fusão do Plano Safra com o Plano ABC, que promove a agricultura de baixo carbono.

"É um plano para promover o crescimento econômico do Brasil, um crescimento mais distributivo e que busca estabelecer uma nova relação com o meio ambiente", diz Dubeux, doutor em relações internacionais com tese sobre inovação em energia de baixo carbono.

O plano tem três grandes objetivos: aumentar a produtividade da economia brasileira incorporando inovação e tecnologia, produzir crescimento a partir de uma nova relação com o ambiente e de modo a proporcionar "que todos ganhem", diz ele. O Ministério da Fazenda coordena as ações econômicas relacionadas à transformação ecológica da economia brasileira junto com equipes espalhadas em todo o Planalto. Dubeux falou ao Valor e detalhou tópicos do que está sendo maturado. A seguir, trechos da entrevista: Transição ou Transformação?

Estamos usando as duas denominações, Plano de Transformação Ecológica e Plano de Transição Ecológica. Mas achamos o nome "Transformação" mais apropriado para a profundidade da mudança que as medidas acarretam. Transição dá um ar muito suave. É profunda a mudança que se pretende na economia brasileira. Todos os setores serão

impactados e em um prazo que a gente espera seja relativamente curto. O conjunto da obra é muito transformador.

Nossa ambição é que o Plano de Transformação Ecológica seja o mais ambicioso, pelo menos entre os países em desenvolvimento.

Diálogo com o PAC O Plano de Transformação Ecológica conversa com o Programa de Aceleração do Crescimento de várias maneiras. São dois conjuntos com uma grande intersecção entre eles. Algumas ações têm um duplo carimbo, são do PAC e da Transformação Ecológica, como o mercado de carbono. Algumas são só do PAC, como a infraestrutura mais tradicional. Outras, só da Transformação Ecológica, como a bioeconomia.

Não é um pacote, é um processo Não é um plano apenas de descarbonização da economia. A ideia é que a descarbonização seja uma oportunidade para a gente promover um adensamento tecnológico do setor produtivo. Trata-se, fundamentalmente, de um plano de desenvolvimento econômico. O meio ambiente é um elemento central do plano, mas não é um plano ambiental. É um plano para promover o crescimento econômico do Brasil, um crescimento mais distributivo e um crescimento que busca estabelecer uma relação nova com o meio ambiente.

Os três grandes objetivos O primeiro é aumentar a produtividade da economia brasileira. Isso é parte central do plano. Muita gente acha que o Brasil é um país rico e só tem uma renda com distribuição injusta - é verdade que a distribuição é muito injusta, mas não é verdade que a gente é um país rico. Então, para o plano se sustentar, é central que busque o aumento da renda da população brasileira. O objetivo primeiro é aumentar a produtividade incorporando inovação e tecnologia.

O objetivo dois é fazer esse crescimento não à moda antiga, que é crescer destruindo o meio ambiente, mas crescer a partir de uma nova pactuação com o ambiente.

O terceiro grande objetivo não é crescer concentrando renda em meia dúzia de ganhadores, mas crescer com estruturas regulatórias que proporcionem que todos ganhem. É em parte tributação, em parte regulação do mercado.

Sempre discutimos ações com esses três objetivos em

mente.

Mercado de carbono é ilustrativo O mercado de carbono tem um objetivo evidente que é reduzir as emissões-estufa, esse é o seu cerne.

Mas discutimos como incorporarmos a ele o objetivo de aumento de produtividade da economia. Um dos elementos que estão lá é que os recursos arrecadados no mercado de carbono serão destinados para pesquisa e desenvolvimento relacionados à descarbonização.

Pensamos também como fazer para que os mais pobres também sejam beneficiados com essas estruturas.

Os recursos, além de P D, serão destinados a ações de justiça climática olhando para as comunidades mais afetadas. Criamos um capítulo específico justamente para tratar das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, para garantir a eles a repartição justa dos benefícios. É assim para cada ação do plano: procuramos garantir a renda da população brasileira, incorporar inovação tecnológica, fazer isso com a conexão ambiental, garantir que os ganhos sejam distribuídos de maneira justa.

Agenda para 3,5 anos Muitas das medidas já estão ocorrendo, porque desde o início do governo estamos trabalhando em algumas delas medidas. Como diz o ministro Haddad, esta é uma agenda para os próximos 3,5 anos.

Finanças sustentáveis Cada um dos seis eixos se desdobra em 10, 20, 30 ações. O primeiro é finanças sustentáveis. A ação do mercado de carbono é uma delas.

A tributação de carbono que está dentro da **reforma tributária** é outra.

Prevê imposto seletivo sobre atividades que geram externalidades negativas à saúde, que é o caso do cigarro, ou ao meio ambiente, que é o caso justamente do clima e dos combustíveis fósseis.

Títulos Soberanos Sustentáveis Devemos ter, como já disse o secretário do Tesouro Nacional Rogério Ceron, a emissão desses títulos provavelmente ao longo do segundo semestre. O valor não está fechado, mas deve ser algo da ordem de R\$ 1 bilhão ou R\$ 2 bilhões.

O recurso ficará vinculado a ações verdes e sociais.

O grande ponto é a mensagem política internacional mostrando que o Brasil retomou essa agenda depois

dos quatro anos pelos quais passamos. O segundo ponto é que se tende a conseguir uma taxa de juros um pouco mais barata do que a tradicional. E o terceiro fator, muito central, é que, ao fazer a emissão soberana do país, abrimos espaço para o setor privado poder também fazer captações externas.

A gente consegue também, de certa maneira, abrir as portas para que empresas brasileiras possam captar lá fora com uma taxa mais barata para descarbonizar.

Existem projetos do governo que iremos tocar e serão enquadrados lá. Mas um dos destinos importantes desse projeto é que ajude a financiar o Fundo Clima.

Fundo Clima É um fundo que já existe, é operado pelo BNDES, mas historicamente tem uma captação pequena de recursos. Terá agora um valor expressivo, esperamos, para financiar, a taxa de juros competitivas, atividades que incorporem inovação tecnológica e sustentabilidade.

Desde a criação, há mais de dez anos, o Fundo Clima emprestou algo como R\$ 2 bilhões.

Com essa captação, pode ter, potencialmente, R\$ 10 bilhões para emprestar em um ano.

Taxonomia A União Europeia já fez, assim como a Colômbia, o México, o Chile.

Taxonomia é um glossário do que é atividade compatível com a sustentabilidade e do que não é. A ideia é evitar o greenwashing e possibilitar regulações novas. Como hoje não temos essa definição, é difícil estabelecer regulações para crédito ou para o mercado de capitais, que canalizem recursos para essas atividades. A taxonomia é quase um pré-requisito para que a gente possa fazer isso. Estamos discutindo essa ação com o Banco Central, com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), com a Comissão de Valores Mobiliários (CVMP). E ver de que maneira conseguimos canalizar mais recursos, também do setor privado, para atividades de descarbonização.

A taxonomia da UE levou seis anos para ser feita. Esperamos, em breve, abrir o que fizemos para consulta pública e ter um roadmap aprovado até o fim do ano.

Adensamento tecnológico O eixo dois é central para o plano, para que não seja apenas de descarbonização, mas uma oportunidade de fazermos um adensamento tecnológico no setor produtivo.

Não é simplesmente fazer política industrial à moda antiga, de proteger setores econômicos que não

conseguem competir internacionalmente.

Pelo contrário, impulsionar os novos setores que são os do futuro para a descarbonização da economia brasileira. Faremos isso redesenhando as políticas de P D. Para além disso, pensamos na formação de mão de obra qualificada e crédito competitivo para atividade de inovação tecnológica.

É uma agenda extensa.

O Nordeste, por exemplo, tem potencial enorme para renováveis.

Podemos instalar turbinas eólicas e painéis solares, mas, se não qualificarmos a mão de obra local, se der algum problema teremos que chamar engenheiros em São Paulo ou no exterior para consertar o equipamento. Ou, ao contrário, ter mão de obra especializada para ter desenvolvimento tecnológico local.

Bioeconomia É um diferencial do nosso plano.

Não existe uma bala de prata, mas criar mecanismos de modo a conseguir gerar renda preservando os biomas. Biotecnologia, por exemplo, deve receber investimento especial do governo. O segundo tema é dar escala bem maior às concessões florestais nos próximos anos. E integrar o Plano Safra com o Plano ABC, de agricultura de baixo carbono.

Transição Energética O Brasil tem potencial imenso em energia eólica, solar, hidrogênio, biocombustível, diesel verde, combustível de aviação. E mineração: é consenso internacional que a descarbonização precisará de novos minérios. Mas não queremos que essas oportunidades que se abrem para o Brasil sejam apenas mais um ciclo de commodities no Brasil. Podemos, por exemplo, exportar hidrogênio, mas aproveitá-lo para produzir aço verde.

Infraestrutura verde Aqui entram medidas para criar uma infraestrutura resiliente e que diminua o impacto para os mais afetados pela mudança do clima.

"É profunda a mudança que se pretende na economia brasileira.

Todos os setores serão impactados"

"Nosso foco está em fazer as medidas estruturarem, ficarem de pé, organizar com todos os ministérios"

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633?page=1&section=1)**

# Relator prevê votar tributária no início de outubro

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), pretende apresentar o seu parecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 27 de setembro para que a votação do texto ocorra no dia 4 de outubro.

As datas constam do plano de trabalho que o parlamentar apresentará nesta quarta-feira aos integrantes da CCJ.

Segundo o Valor apurou, as atividades na comissão totalizarão 10 semanas. O cronograma prevê a realização de sete audiências públicas com os seguintes temas: diagnóstico, objetivos e conceitos; impacto no setor de serviços; impacto na indústria; impacto no agronegócio e no cooperativismo; regimes específicos e diferenciados; impacto sob a ótica dos Estados; impacto sob a ótica dos municípios.

A interlocutores, Braga tem defendido que deve-se ter atenção no sentido de que a **reforma tributária** "garanta o equilíbrio federativo e não vire palco de uma disputa fratricida". Ele também tem defendido como premissas a neutralidade da reforma, o não aumento da carga tributária, a redução das desigualdades sociais e regionais, a simplificação, a transparência e a segurança jurídica.

O plano de trabalho também deve prever a manutenção da estrutura original da proposta de emenda constitucional que foi aprovada pela Câmara dos Deputados e chegou ao Senado. Isso, no entanto, não deve impedir que se busquem aperfeiçoamentos no Senado.

A primeira audiência pública está marcada para o dia 22 de agosto e contará com a participação do secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Na sequência, Um dos pontos mais polêmicos do projeto é a questão federativa.

A governança do Conselho Federativo, que fará a gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a partilha do Fundo de Desenvolvimento Regional colocaram em lados opostos Estados das regiões Sul e Sudeste, com os do Norte e Nordeste. As audiências para debater os temas relacionados a Estados e municípios serão as últimas do trabalhos na CCJ.

Braga já deu sinalizações de que o Senado deverá fazer alterações no texto que veio da Câmara dos Deputados com relação aos entes federativos. Há inclusive no Senado quem defenda o fim do Conselho Federativo.

Outro ponto que deve ser debatido pelos senadores é a definição no texto da PEC de uma alíquota máxima. O relator defende que além de um teto, seja colocado um valor mínimo no texto constitucional. (CT)

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Relator prevê votar tributária no início de outubro

#### Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633?page=1&section=1>



# Reforma tributária: Braga prevê relatório no dia 27 de setembro na CCJ do Senado

Por **Geralda Doca e Victoria Abel - Brasília**

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), vai apresentar o plano de trabalho nesta quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com previsão de apresentar o relatório dia 27 de setembro.

A votação na CCJ deve ocorrer na semana seguinte, no dia 4 de outubro. Na sequência, se aprovado, o texto segue direto para o Plenário da Casa.

O plano de trabalho com o cronograma de reuniões será votado por membros da CCJ. O GLOBO teve acesso ao documento antecipadamente. Braga prevê a realização de sete audiências públicas sobre o tema.

Paralelamente à comissão oficial em que a matéria tramita, a **Reforma Tributária** também será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas sem função deliberativa.

"Precisamos ouvir os entes federados, as entidades representativas dos diversos setores e os órgãos de controle para avaliar a proposta que chegou ao Senado e os aperfeiçoamentos necessários para construir um texto que vá ao encontro das expectativas de toda sociedade", afirma Braga no plano de trabalho.

Entre os convidados para a primeira audiência estão: o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana, e o secretário de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sérgio Pinheiro Firpo.

As reuniões seguintes contarão com a participação de entidades setoriais como: Confederação Nacional de Serviços (CNS), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Eduardo Braga ainda planeja ouvir representantes do governo do Amazonas e secretários de Fazenda dos estados, por meio do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz). Por último, serão ouvidas a

Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

O relator da **Reforma Tributária** ainda cita as premissas que irão embasar o parecer, como a estrutura da PEC que veio da Câmara, compromisso de não aumento de carga tributária, preservação do Simples Nacional, Zona Franca de Manaus, e avaliação e custo-benefício para as excepcionalidades setoriais.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/16/reforma-tributaria-braga-preve-relatorio-no-dia-27-de-setembro-na-ccj-do-senado.ghtml>



# Otimismo com economia leva aprovação de Lula a 60%, diz Genial/Quaest

**Maria Carolina Marcello**

A aprovação do trabalho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a 60% em agosto, revelou a 4ª rodada de pesquisa da Genial/Quaest nesta quarta-feira, e grande parte dos brasileiros -- 59% dos entrevistados -- estão otimistas em relação à economia do país.

De acordo com o levantamento, a aprovação do trabalho de Lula oscilou dentro da margem de erro de 56% em junho para 60% em agosto. Se comparada a abril, a aprovação do desempenho do presidente registrou uma alta de nove pontos percentuais.

Outros 35% desaprovam o trabalho do petista -- eram 40%, em junho -- e 5% não respondeu ou não sabia, ante 4% na rodada anterior.

Quando é levantada a avaliação geral ao governo Lula, 42% o consideram positivo, 29% o classificam como regular e 24%, negativo. O percentual dos que não sabem ou não responderam foi de 5%.

Em junho, a avaliação positiva era de 37%, a regular registrava 32% e a negativa batia os 27%. Não sabiam ou não responderam correspondiam a 4% na sondagem anterior.

A melhora dos indicadores do presidente está relacionada à percepção sobre a economia, diz **comunicado** divulgado pelo instituto Quaest, contratado pela corretora Genial Investimentos para realizar a pesquisa.

Para 34% dos entrevistados, a economia melhorou nos últimos 12 meses. Mais importante: para 59% ela vai continuar melhorando nos próximos 12 meses. Entre os que votaram no ex-presidente Jair Bolsonaro, 35% são otimistas, acrescentou.

A ampliação da avaliação positiva do presidente alcançou setores que não simpaticizavam com o petista.

O presidente ainda lidera com a melhor avaliação entre os nordestinos -- o trabalho dele é bem avaliado por 72% dos entrevistados da região --, mas também viu sua aprovação positiva registrar alta significativa na Região Sul, atingindo 59%.

O levantamento aponta ainda que, pela primeira vez, a

avaliação positiva de Lula entre os evangélicos supera a negativa, com 50% de aprovação ante 46% de desaprovação.

## ECONOMIA E CONGRESSO

No quesito economia, tema eleito por 31% como um dos principais problemas do país atualmente, os entrevistados se mostram otimistas. Ainda que 39% tenham avaliado que nos últimos 12 meses não houve mudança na situação econômica, 59% manifestaram a expectativa de que ela melhore no decorrer do próximo ano.

De acordo com a pesquisa 34% avaliam que a economia melhorou nos últimos 12 meses e 23% consideram que houve piora.

Em relação às perspectivas para o futuro, além dos 59% que esperam melhora, 22% avaliam que a economia deve piorar e 16% consideram que ela ficará do mesmo jeito.

Dentre os programas do governo mais bem avaliados está o Plano Safra -- com 79% de gostei, 10% não gostei e 12% que não sabiam ou não responderam --, o Desenrola -- 70% positivo, 16% negativo e 15% que não responderam.

A **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados tem aprovação de 37%, desaprovação de 26%, e 36% de entrevistados que não sabiam ou não responderam.

A Genial/Quaest apurou ainda a percepção da população sobre a relação do Executivo com o Congresso. Para 43%, Lula tem tido mais facilidade em conseguir apoio do Congresso do que seu antecessor, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Outros 38% avaliam que o petista tem mais dificuldade e para 7% não há diferença entre as duas gestões na articulação com o Parlamento.

O instituto Quaest entrevistou presencialmente 2.029 pessoas entre os dias 10 e 14 de agosto. A margem de erro da pesquisa é de 2,2 pontos percentuais.

## Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL  
Otimismo com economia leva aprovação de Lula a 60%, diz

Genial/Quaest

**Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/otimismo-com-economia-leva-aprovacao-de-lula-a-60-diz-genialquaest,dd17afcfa0485c8c984c97e576604c44ucsqatgm.html>**

# CAE faz primeira audiência pública sobre Reforma Tributária

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2023/08/16/RDIOBANDNEW  
SFM905DF-06.43.07-06.44.01-1692187180.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2023/08/16/RDIOBANDNEW<br/>SFM905DF-06.43.07-06.44.01-1692187180.mp3)**

# As distorções dos tributos - BERNARDO GUIMARÃES

**BERNARDO GUIMARÃES**

O estranho caso das janelas desaparecidas.

Inglaterra, 1750. Estima-se que quase 20% das casas tivessem nove janelas. Menos de 10% das casas tinham sete janelas ou menos.

Quinze anos depois, em 1765, 27% das casas teriam apenas sete janelas.

Esse curioso sumiço de janelas é bem conhecido, e os números estão no trabalho de Wallace Oates e Robert Schwab. Nos livros de microeconomia, é um exemplo concreto do efeito de impostos nas decisões das pessoas.

Antes de 1761, casas com até nove janelas eram isentas de impostos; a partir de então, as que tinham oito ou mais janelas passaram a ser tributadas.

Aí, uma opção para quem tem casas com 8 ou 9 janelas é pagar o imposto. Outra é cobrir com tijolos a janela lateral do quarto de dormir para ficar dentro do limite de isenção. Essa foi uma das formas utilizadas para reduzir o número de janelas das casas inglesas no século 18.

No Brasil de hoje, janelas não são tributadas, mas regras de elegibilidade a regimes especiais de tributação distorcem as decisões das pessoas.

Empresas que se enquadram na categoria de microempreendedor individual pagam bem menos imposto. Há, porém, um teto para a receita da empresa. Muitas ficam justamente nesse limite. Por exemplo, usando dados de pequenas empresas em Sergipe, Enlison Mattos e Marcos Nascimento mostram que há três vezes mais empresas logo abaixo do limite do que você encontraria se não houvesse essa mudança na tributação.

Esses exemplos simples ilustram as distorções causadas pelas regras de tributação.

Para cobrir suas despesas, o governo precisa tributar. Uma discussão é sobre quanto o Estado deve gastar e, conseqüentemente, arrecadar. Outra é sobre como deve ser a tributação.

A discussão, em geral, gira em torno dos efeitos distributivos das mudanças nas regras de tributação. De fato, subsídios, regimes especiais de tributação e mudanças em alíquotas de impostos afetam nossos bolsos diretamente.

Só que as regras de impostos não determinam apenas quem paga a conta.

Impostos e regimes especiais de tributação fazem com que janelas deixem de existir; empresas produzem menos, motocicletas sejam montadas em Manaus e transportadas até São Paulo.

Impostos fazem com que perfumes e livros com custos semelhantes sejam vendidos ao consumidor a preços muito diferentes por causa do alto IPI sobre cosméticos. Como preços afetam nossas decisões de compra, impostos modificam o que consumimos e produzimos.

Por causa das regras de tributação, pessoas criam empresas para substituir a carteira de trabalho por notas fiscais. Funcionários recebem vale-refeição. Assim, muitas pessoas trabalham em empresas que emitem vouchers ou fazem contabilidade de firmas que não precisariam existir.

Essas pessoas poderiam estar empregadas na produção de outras coisas. Se assim fosse, teríamos mais para consumir e investir. O PIB seria maior.

Impostos determinam se vale a pena comprar carros híbrido e painéis solares. Assim, mesmo sem mexer nas nossas janelas, as regras tributárias afetam a qualidade do ar que respiramos.

Por causa disso tudo, questões tributárias têm dominado o noticiário econômico desde o início do ano. Os aspectos distributivos são importantes. Queremos regras justas. Mas precisamos nos lembrar que os impostos afetam como, o que e quanto produzimos e às vezes nos levam a gastar para fechar nossas janelas.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50370&maxTouch=0&anchor=6481661&pd=04bef0ea5fca58dd5151e737938f43ff>

# Argentina pensa na dolarização (Editorial)

## Correio Braziliense

A inesperada vitória na Argentina do candidato à Presidência Javier Milei nas primárias das eleições do país - espécie de prévia da disputa oficial, em 22 de outubro - trouxe de volta ao debate um tema que, de tempos em tempos, surge como solução para as constantes crises dos países da América Latina: a dolarização da economia. Milei, se eleito, promete encerrar a circulação da moeda própria - no caso, o desvalorizado peso - e usar o dólar como o dinheiro oficial.

Junto a isso viria a extinção do banco central, segundo o candidato, que se autointitula um "anarcocapitalista".

Não é uma medida inédita. O Equador dolarizou sua economia em 2000, medida que segue em vigor. A própria Argentina fez algo semelhante entre 1991 e 1992, no Plano Cavallo, quando instituiu uma paridade de 1 por 1 entre o dólar e o austral, nome da moeda na época, em um movimento parecido como que foi o Plano Real no Brasil, em 1994. Mas a intensa crise do governo de Fernando de la Rúa, sucessor de Carlos Menem, entre 2000 e 2001, levou o país a abandonar a paridade, após limitar os saques a mil dólares mensais por pessoa, prática que ficou conhecida como "corralito" - ou cercadinho, em português - e levou à volta do peso.

Mas o fato é que a moeda norte-americana nunca foi totalmente abandonada, levando os argentinos a criarem diversas cotações paralelas (dólar blue, dólar Catar, dólar Coldplay, entre outros), além da cotação oficial, que tem venda restrita para o público em geral e é oferecida principalmente para setores industriais.

Por isso, também é prática comum a troca dos pesos pelo dinheiro dos EUA, como forma de se protegerem da crise econômica cada vez mais severa do país.

A mudança, inclusive, traria um impacto imediato de estabilizar os preços do país, que tem uma **inflação** acumulada nos últimos 12 meses de 115,6%. Com o governo impedido de encher o mercado com papéis para financiar a sua dívida pública, é provável que este índice desabe.

Além de ter uma equalização de preços com o mercado externo, a mudança também acabaria com a confusão dos câmbios paralelos, que se tornariam naturalmente obsoletos.

Apesar de bem-vindo, o controle da **inflação** viria acompanhado de uma perda de autonomia. Com o dólar como moeda oficial, a Argentina perderia a capacidade de conduzir sua política monetária e o banco central perde sua razão de ser, já que não pode mais controlar os juros - atualmente em impressionantes 118% ao ano - para dominar e ditar os ritmos da economia. Indiretamente, o Federal Reserve, o banco central dos EUA, obviamente mais preocupado com os rumos da economia norte-americana, é que passaria a controlar a trajetória da Argentina.

É claro que, uma vez decidida, só a dolarização não será suficiente para salvar o país vizinho. É preciso que a Casa Rosada adote outras medidas, com uma política fiscal mais responsável. A questão é que Milei, que já afirmou que se orienta por cartas de tarô e se comunica telepaticamente com seus cães de estimação, dificilmente vai ser capaz de levar a mudança adiante como ela deve ser feita, o que pode agravar a já complicada situação local.

Maior parceiro comercial da Argentina, o Brasil deve acompanhar de perto e com interesse os desdobramentos dos próximos meses no país vizinho. Qualquer que seja o resultado, o Banco Central e o Ministério da Fazenda deveriam, desde já, iniciar medidas para aumentar suas reservas cambiais, manter o fluxo comercial entre os dois países e se proteger de medidas bruscas tomadas pelo governo de Buenos Aires, sob o risco de perder o pouco de segurança e estabilidade que conquistou nos últimos meses.

## Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/16/all.pdf>

# Putin ameaça Polônia com mega-ataque no oeste da Ucrânia

## GUERRA DA UCRÂNIA Igor Gielow são paulo

Em um recado direto à Polônia, a Rússia de Vladimir Putin realizou o maior ataque com mísseis de longa distância contra alvos no oeste da Ucrânia desde que invadiu o país vizinho, há quase um ano e meio.

A região, que Putin diz sem provas estar na mira de uma intervenção de Varsóvia por sua proximidade e laços históricos com o país da Otan, a aliança militar ocidental, foi alvejada nesta terça (15), dia em que os poloneses fizeram o maior desfile de suas Forças Armadas desde que eram satélite da União Soviética.

Foram lançados pelo menos 28 mísseis de cruzeiro em uma madrugada de frenética movimentação nas redes sociais ucranianas, que alertavam às 3h (11h em Brasília) que havia um número recorde de bombardeiros estratégicos no ar na Rússia -foram registradas decolagens de 16 TU-95MS, 2 TU-22M3 e de 1 Tu-160, o maior e mais pesado modelo no mundo, raramente empregado na guerra.

Essas aeronaves lançaram, da região do mar Cáspio, a quase 2.000 km do oeste ucraniano, mísseis Kh-101. Também houve disparos de mísseis Kalibr de fragatas no mar Negro. Modelos subsônicos, esses armamentos são mais facilmente interceptados: Kiev disse ter destruído 16 dos 28.

Mas os que caíram causaram danos consideráveis em Lviv, a maior cidade da região, e três pessoas morreram na fábrica de rolamentos da marca sueca SKF em Lutsk, 150 km a nordeste. Houve outros ataques na Ucrânia, mas o grosso foi concentrado nessa região que faz fronteira com a Polônia, distante da frente principal de batalha no leste e no sul do país, onde se arrasta a contraofensiva de Kiev.

A escolha da data não foi fortuita. Nesta terça, no Dia das Forças Armadas, a Polônia fez uma exibição de força: 2.000 soldados poloneses e de outros países da Otan desfilarão com os recém-comprados tanques americanos M1A1 Abrams e sul-coreanos 1 2 Black Panther. Lançadores de foguetes americanos Himars e de defesa antiaérea Patriot, em uso na Ucrânia, estavam presentes, assim como 92 aviões e helicópteros.

"Essa parada será diferente. Mostraremos o progresso

da modernização do Exército polonês", disse no domingo o chefe da Defesa, Mariusz Blaszczak. O país acelerou seu gasto militar e promete despende 4% do PIB com o setor neste ano, o maior índice da Otan, que preconiza no mínimo 2% como meta.

Há simbolismo também. O dia celebra os 103 anos da vitória polonesa sobre o Exército Vermelho, ainda antes da formação da União Soviética na Batalha de Varsóvia.

Após a vitória dos Aliados no conflito, em 1945, o país ficou na linha de frente da disputa entre Moscou e Ocidente, sendo enfim controlada por comunistas aliados a Moscou.

Após a queda do comunismo local, em 1989, a Polónia dez anos depois virou um dos mais a guerridos membros da Otan. Foi o primeiro país do clube a dar caças à Ucrânia, modelos antigos soviéticos MiG-29.

### Derretimento do rublo faz BC russo aumentar juros

Pressionado pelo derretimento do rublo em meio ao agravamento dos efeitos da Guerra da Ucrânia sobre a economia russa, o Banco Central do país elevou nesta terça-feira (15) em 3,5 pontos a taxa de juros.

Agora, o índice, definido numa reunião de emergência, é de 12%, após ter subido 1 ponto na reunião ordinária de julho. Foi a resposta possível ante uma escalada depreciativa da moeda, que chegou a mais de 100 rublos por dólar na segunda (14), algo que só havia ocorrido quando Vladimir Putin decidiu invadir a Ucrânia, no final de fevereiro do ano passado, e então houve uma corrida pela divisa americana.

Após o anúncio, o rublo se estabilizou um pouco abaixo dos 100 por dólar -apenas neste ano, a moeda russa perdeu 40% de seu valor.

Concorre para o derretimento do rublo o aumento do déficit público devido aos gastos com a guerra, o que reduziu em 85% o superávit primário do governo de 2022 para cá, segundo a Rosstat, o IBGE local.

Isso, somado à **inflação** crescente devido ao reaquecimento da economia -e que deverá aumentar 1,5% neste ano, de acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional)-e à ampliação do custo de

importações e de mão de obra em razão das sanções impostas pelo Ocidente, levou ao cenário de desconfiança.

Ato contínuo, o Banco Central russo convocou a reunião de emergência para esta terça-feira. Quando a guerra estourou e as sanções vieram, o órgão subiu os juros para 20%, visando a evitar uma fuga descontrolada de capitais. A estabilização do cenário levou, contudo, a uma queda expressiva ao longo de 2022, com a taxa parando em 7,5% ao ano no segundo semestre, só sendo elevada na reunião anterior do banco.

As críticas e a reação explicitaram o fator político que move todas as decisões na Rússia hoje, lançando dúvidas sobre a independência de Elvira Nabiullina, a presidente do Banco Central, vista no mercado como uma das operadoras do milagre de o país não ter quebrado com as sanções.

A **inflação**, como mostra o **comunicado** do Banco Central, é a preocupação central. Ela chegou a quase 18% logo após a invasão, na taxa anualizada, e caiu para 2,3% em abril deste ano. Agora, vinha numa ascendente, com previsão de chegar ao fim de 2023 em 6,5%, ante uma meta de 4% do banco.

"O que não se sabe é se a medida será eficaz ou só paliativa", afirmou, por mensagem de texto, a analista Marina Orinova, que trabalha para dois bancos de investimento em Moscou. Operadores ocidentais ouvidos por agências de notícias foram na mesma linha, citando que o problema subjacente para a economia russa é a guerra.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50370>**



# Diretora do BC reafirma ritmo de 0,5 ponto no corte dos juros

Brasília Diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central, Fernanda Guardado reafirmou nesta terça (15) o compromisso do Copom com cortes de juros de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões e disse que as surpresas teriam de ser "muito substanciais" para revisão dessa estratégia.

Na ata da reunião mais recente, o colegiado do BC disse julgar como "pouco provável" uma intensificação adicional de flexibilização da taxa básica (Selic). Para reconsiderar essa posição, a autoridade monetária citou a necessidade de uma "alteração significativa dos fundamentos da dinâmica da **inflação**" e colocou algumas condições. Entre elas, mencionou uma melhora "bem mais sólida" das expectativas de **inflação**.

No início de agosto, o Copom anunciou o primeiro corte de juros no governo Lula (PT), com a redução da Selic em 0,5 ponto -de 13,75% Para 13,"25% ao ano.

O tamanho do afrouxamento gerou divergências, e o placar final ficou apertado (5 a 4). Guardado foi uma das diretoras que votaram por uma redução de 0,25 ponto no primeiro movimento. Os membros do comitê, contudo, foram unânimes em antever novas quedas de 0,5 ponto nas próximas reuniões. Nathalia Garcia

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50370&maxTouch=0&anchor=6481661&pd=04bef0ea5fca58dd5151e737938f43ff>**

# Reajuste afasta IPCA da meta em 2023, dizem analistas

**Leonardo Vieceli**

O reajuste dos combustíveis, segundo analistas, deve pressionar o IPCA em agosto e setembro, além de diminuir a chance de o indicador fechar o ano dentro da meta de inflação.

Em relatório, o Itaú Uni-banco disse que o movimento veio acima da expectativa de curto prazo, que embutia um reajuste menor na gasolina, próximo de 5%. Com a surpresa, o banco elevou de 4,9% para 5,1% sua projeção para o IPCA no acumulado de 2023.

A corretora Warren Rena também revisou seus números. Para o IPCA de agosto, a projeção saiu de 0,20% para 0,30%. Para setembro, de 0,40% para 0,68%.

A Warren Rena ainda passou a projetar IPCA acima do teto da meta em 2023. A estimativa para o acumulado do ano subiu de 4,6% para 5%.

Em 2023, o centro da meta é de 3,25%. A tolerância é de 1,5 ponto percentual para menos (1,75%) ou para mais (4,75%). Ou seja, a meta será cumprida se o IPCA ficar no intervalo de 1,75% (piso) a 4,75% (teto).

O economista André Braz, do FGV Ibre, diz que o reflexo do reajuste da Petrobras deve se dividir entre os meses de agosto e setembro no IPCA. Braz prevê índice próximo de 0,10% neste mês e o dobro no próximo.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50370&maxTouch=0&anchor=6481661&pd=04bef0ea5fca58dd5151e737938f43ff>**

# Reajuste da Petrobras deixa inflação mais longe da meta

O aumento de 16,27% no preço da gasolina e de 25,82% no diesel nas refinarias levou parte dos analistas a rever para cima suas projeções para a **inflação** em 2023. Com isso, diminui a chance de o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminar dentro do intervalo das metas da **inflação**.

Segundo o mais recente boletim Focus do Banco Central (BC), a mediana dos analistas para a **inflação** em 2023 era de 4,84%.

Assim, as projeções já se aproximavam do teto da banda de tolerância da meta de **inflação** deste ano, que varia entre 1,75% a 4,75%, com centro em 3,25%.

Na manhã de ontem, a estatal anunciou um reajuste de 16,3% (R\$ 0,41 por litro) sobre o preço da gasolina e 25,8% (R\$ 0,78 por litro) sobre o preço do diesel vendido para as distribuidoras, que passa a valer nesta quarta-feira.

Nos cálculos da economista Andrea Angelo, da Warren Rena, o reajuste dos combustíveis tem impacto total de 0,38 ponto porcentual sobre o IPCA este ano, sendo 0,31 ponto da gasolina, 0,03 do diesel e 0,04 do etanol. Desse total, 0,11 ponto deve aparecer já na leitura de agosto do IPCA e o restante, em setembro. Assim, a projeção para o IPCA no fim do ano da Warren passou de 4,60%, para 5,00%.

A XP investimentos, por sua vez, estima que o anúncio da Petrobras traz viés de 0,30 ponto sobre sua estimativa para o IPCA deste ano, atualmente em 4,60%.

O efeito total do anúncio, nos cálculos da corretora, é de 0,46 ponto porcentual. No entanto, sua projeção para o fim do ano já levava em consideração um reajuste de 6% na gasolina para distribuidoras.

"Como foi de 16%, isso deixa cerca de 0,30 ponto de viés de alta", afirma a XP em comentário a clientes.

Após o anúncio, o Itaú revisou suas projeções para o IPCA de agosto e setembro, respectivamente, para 0,31% e 0,50%. Para o ano fechado, o impacto total estimado foi de 0,25 ponto, o que fez a projeção passar de 4,90% para 5,10%.

Nos cálculos de André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a alta dos combustíveis, o IPCA de agosto deve ficar em torno de 0,20%, e o de setembro, em 0,40%.

O economista também vê impacto expressivo na evolução mensal dos IGPs. Braz lembrou que, no caso desse índice, além de impacto da gasolina mais cara no varejo, quando o diesel sobe de preço, isso tem influência na evolução dos preços do atacado. Esses representam 60% do total dos IGPs. Enquanto o IPCA mensura apenas preços no varejo, o IGP abrange atacado, varejo e construção civil.

Braz calcula um impacto total de 0,72 ponto no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa o atacado dentro dos IGPs. No caso da gasolina mais cara, o impacto no atacado é de 0,26 ponto.

"Para o ano, os IGPs, que estavam caminhando para uma deflação em torno de 4% em 2023, pode ser que caiam menos, na faixa de 3%", acrescentou.

Braz alerta ainda que, uma vez que a defasagem dos preços dos combustíveis em relação ao exterior se manteve, ainda que menor, é possível que novos reajustes sejam anunciados até o fim do ano, com novos impactos sobre as projeções.

O Itaú, no entanto, considera esse risco pequeno, no momento. "A defasagem estimada está próxima de 8%, o que nos parece um patamar confortável no curto prazo.

Nossas projeções para o preço do petróleo estão em US\$ 85 por barril e para o câmbio em R\$ 5 por dólar no fim do ano. Desse modo, não vemos muito espaço para algum reajuste residual de preços".

Para o J.P. Morgan, o anúncio da Petrobras tem impacto total de 0,30 ponto. No entanto, o banco também já contava com uma alta de 8% da gasolina em suas estimativas.

"Assim, metade do impacto potencial já estava incorporado", diz uma nota a clientes.

Para agosto, o IPCA estimado pelo J.P. passou de 0,12% para 0,19% e, para setembro, de 0,25% para 0,36%. "Apesar disso, como também ajustamos para

baixo a **inflação** do quarto trimestre, na esteira de menores tarifas de passagens aéreas e alimentos, mantivemos nossa projeção para o fim do ano em 4,8%."

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633?page=1&section=1)**

# Taxação de investimentos externos cria polêmica

Motivo da "declaração enviesada" do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a Câmara concentrar "muito poder", a proposta de tributação de investimentos no exterior virou o novo cabo-de-guerra entre o governo e os parlamentares. A iniciativa consta de medida provisória (MP) que precisa ser aprovada pela Câmara e Senado até 28 de agosto para não perder a validade, o que derrubaria também o aumento da faixa de isenção do imposto de renda.

Haddad procurou pessoalmente o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nessa terça-feira (15) para explicar o projeto e pedir a votação. "Vim agradecer ao presidente porque ele remeteu à Câmara dos Deputados as duas MPs que estavam aqui e que foram reunidas em um diploma só", afirmou. Pacheco vinha travando o envio do parecer à Câmara para analisar o texto e se excluía, de ofício, o "jabuti".

O governo inicialmente tentou aprovar a proposta numa MP própria, como compensação à correção da tabela do imposto de renda da pessoa jurídica. Mas os partidos, mesmo da base aliada, boicotaram a comissão mista que deveria discutir a proposta e ela sequer foi instalada. A alternativa encontrada pelo Executivo foi incluir o texto dentro da MP que aumentou o salário mínimo para R\$ 1.320 desde maio.

Após uma avaliação jurídica, o presidente do Senado decidiu que não cabe impugnar o texto da MP entre a comissão mista e a Câmara e enviou o parecer para os deputados analisarem. As medidas só devem ser votadas, contudo, na próxima semana, perto do prazo final de validade. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem se posicionado contra a tributação das offshores, proposta rejeitada também por grande parte do Centrão.

Lira disse inclusive que o governo sinalizou que poderia retirar assuntos da MP e enviar como projeto de lei, com tramitação mais longa, mas a proposta foi refutada, pelo menos por enquanto, pelos articuladores políticos do governo porque significaria derrubar a nova faixa de isenção do IR. "Não recebi nenhuma indicação a este respeito", disse o relator da MP, deputado Merlong Solano (PT-PI).

A MP aumenta o salário mínimo para R\$ 1.320, cria uma política permanente de valorização do piso

salarial nacional (que terá aumentos reais equivalente à **inflação** do ano anterior mais o crescimento do **PIB** de dois anos antes), a ampliação da faixa de isenção do imposto de renda da pessoa física para R\$ 2.640 mensais e a tributação dos lucros obtidos por brasileiros com investimentos no exterior a partir de 1º de janeiro de 2024 (medida que geraria R\$ 3,6 bilhões a mais de arrecadação por ano).

A regra sugerida é que rendimentos de pessoas físicas no exterior terão que pagar 15% de imposto de renda, se os ganhos forem entre R\$ 6 mil e R\$ 50 mil anuais, e 22,5%, para lucros superiores a R\$ 50 mil por ano. Quem receber menos de R\$ 6 mil estará isento. Quem antecipar o pagamento ainda este ano terá um benefício tributário e pagará 10%.

O líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA), disse que o partido não concorda com a taxaço dos investimentos no exterior. "Não vou votar aumento de imposto", falou. Ele refutou que o governo possa culpar a Câmara pela derrubada da correção da tabela do imposto de renda. "Quem tem que achar alternativas de compensação são eles. Essa nós não concordamos", afirmou.

Depois do encontro com Pacheco, Haddad disse que ligaria para Lira para defender o projeto e que a tributação está em linha com as melhores práticas internacionais.

"Toda vez que você atualiza a tabela do imposto de renda, você tem uma renúncia fiscal. E essa renúncia precisa, por lei, ser compensada. Entendemos que deveríamos adotar a prática da OCDE. Reunimos toda a legislação da OCDE, incluindo países pares do Brasil, como México e Chile, pegamos a legislação de como isso é tratado no âmbito da OCDE e colocamos como compensação da renúncia fiscal para que as pessoas que ganham até dois salários mínimos deixassem de pagar", explicou.

O ministro argumentou ainda que a nova tabela do imposto de renda contempla a maior parte da população e que a compensação é uma exigência da lei. "A maioria dos brasileiros está contemplada pela atualização da tabela do imposto de renda depois de sete anos congelada. A compensação faz parte. Não tenho outra compensação para mandar", declarou Haddad.

O projeto, apurou o Valor, foi o motivo para as reclamações sobre os super-poderes da Câmara que causou instabilidade com Lira e levou ao cancelamento da reunião em que seria discutido o novo arcabouço fiscal. Novo encontro foi marcado apenas para segunda-feira da próxima semana.

Se houver acordo, disse Lira, o texto será votado terça-feira.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187633?page=1&section=1)**



# Medidas do governo retardam desaceleração (Editorial)

Alguns dos indicadores econômicos da virada de semestre vieram acima do esperado e desencadearam a revisão das previsões. A mais recente partiu do Itaú, que elevou a projeção do **PIB** do ano de 2,3% para 2,5% ao constatar dados "melhores de atividade e da resiliência do mercado de trabalho". A previsão de crescimento no segundo trimestre foi aumentada de 0,2% para 0,3%, com a variação anual passando de 2,4% para 2,7%. O indicador diário de atividade elaborado pelo banco (IDAT-Atividade) aponta uma atividade mais benigna no início do terceiro trimestre.

A avaliação é que o crescimento deve continuar sustentado pela renda, apoiada em um mercado de trabalho resiliente. O Itaú mantém a projeção de que a taxa de desemprego deste e do próximo ano vai ficar em 8%. A expectativa para a **inflação** foi reduzida de 5,1% para 4,9%.

A sinalização dada pelo Itaú encontra respaldo em outros dos indicadores recentes. O Monitor do **PIB** do FGV Ibre, divulgado ontem, registrou aumento de 1,3% em junho sobre maio, e de 0,2% no segundo trimestre em comparação com o primeiro, sustentado principalmente pelos serviços.

Um dia antes saiu o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), com alta de 0,63% em junho, e de 0,43% no segundo trimestre, em relação ao primeiro.

Na semana passada, o IBGE informou que, depois de cair 0,1% em abril e 0,7% em maio, as vendas do varejo ficaram estáveis em junho, o que foi considerado positivo. As vendas aumentaram 1,3% no semestre e 0,9% no acumulado em 12 meses. O setor está 3% acima do nível anterior à pandemia, de fevereiro de 2020, mas 3,3% abaixo do patamar mais alto da série histórica, registrado em outubro de 2020.

As vendas do varejo ampliado, que inclui veículos e materiais de construção, cresceram ainda mais, 1,2%, impulsionadas pelo programa do governo de desconto na venda de veículos de entrada. Somente a venda do grupo de veículos e motos, partes e peças saltou 8,5%, enquanto a de material de construção recuou 0,3%. No semestre, as vendas do varejo ampliado aumentaram 4% e, no acumulado de 12 meses, 1,1%.

Uma herança estatística anima os números do terceiro

trimestre, que é reforçada por levantamento da Fenabrave de que a venda de veículos ainda foi forte em julho. Mas não se duvida que o fôlego será curto, limitado pelo fim do programa do governo federal, pelos juros do crédito ainda elevados e alto endividamento das famílias.

A indústria teve uma ligeira expansão de 0,1% em junho em relação a maio, informou o IBGE. No segundo trimestre, o crescimento da indústria foi de 0,4%, na comparação com o período de janeiro a março, quando ficou estagnada. No primeiro semestre de 2023, porém, acumula queda de 0,3%. Em 12 meses, avançou 0,1%. O sentimento é que o setor "anda de lado". A produção industrial ainda está 1,4% abaixo do patamar pré-pandemia e 18% aquém do pico de maio de 2011.

Os bens duráveis exibem estoques elevados, como é o caso dos automóveis, o que originou o programa do governo.

Apesar de os estoques de automóveis populares terem sido reduzidos, não houve efeito na produção, que despencou 4% em junho, e só foi reagir em julho de acordo com a Anfavea.

De toda forma, os analistas não veem muitos motivos para otimismo com a indústria no segundo semestre, com exceção do setor extrativo, em que se destacam o minério de ferro e o petróleo.

Já o volume de serviços prestados no país cresceu 0,2% em junho, mas o índice ficou abaixo das previsões do mercado.

É preciso levar em conta, porém, que o setor vem de uma escalada de recuperação após o afrouxamento das restrições causadas pela pandemia, que durou dez trimestres seguidos e levou o índice ao ponto mais alto da série histórica em dezembro. Mesmo tendo recuado no primeiro trimestre do ano e registrado crescimento de 0,5% no segundo trimestre, o volume de serviços prestados está em patamar 12,1% superior ao do pré-pandemia.

Para alguns analistas, o resultado dos serviços confirma a expectativa de desaceleração da economia. No entanto, isso não é uma unanimidade e outros chamam a atenção para o novo recuo do Indicador de

Incerteza da Economia (IIE-BR), elaborado pela Fundação Getulio Vargas (FGV). O IIE-Br teve o quarto recuo consecutivo em julho, para o menor nível desde novembro de 2017, o que indicaria resposta positiva à desaceleração da **inflação**, mercado de trabalho resiliente e sinais de retomada da atividade, com os serviços, que representam 70% do **PIB**, resistindo.

A realidade é que o governo Lula lançou mão de um amplo arsenal de medidas para estimular a economia, desde a revisão dos benefícios sociais, que elevou os pagamentos concedidos, a antecipação do pagamento do 13o salário a aposentados e pensionistas, o programa Desenrola para aliviar a situação dos endividados e o incentivo à venda de veículos novos. São medidas desvinculadas, de alcance limitado, mas que lograram manter a economia em crescimento. Talvez consigam manter a economia andando de lado até que os efeitos defasados da redução dos juros se façam sentir.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20230815/>